

**UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE – UNIARP
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

THAIZ OLIVEIRA

**AS VULNERABILIDADES SOCIAIS OBSERVADAS NAS FAMÍLIAS
BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE
CAÇADOR/SC**

**CAÇADOR
2019**

THAIZ OLIVEIRA

**AS VULNERABILIDADES SOCIAIS OBSERVADAS NAS FAMÍLIAS
BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE
CAÇADOR/SC**

Trabalho apresentado à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC do curso de Serviço Social, pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, sob orientação da professora Mestra Luciana Marques.

**CAÇADOR
2019**

THAIZ OLIVEIRA

**AS VULNERABILIDADES SOCIAIS OBSERVADAS NAS FAMÍLIAS
BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE
CAÇADOR/SC**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi submetido ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para obtenção do Título (Grau) de:

Bacharel em Serviço Social

E aprovada na sua versão final em 16 de dezembro de 2019, atendendo às normas da legislação vigente da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe e Coordenação do Curso de Serviço Social.

Dr^a.Fátima Noely da Silva
Coordenadora do Curso de Serviço Social

BANCA EXAMINADORA

MS. Luciana Marques - UNIARP
(Presidente da Banca/ Orientador)

Dra. Hillevi Maribel Haymussi - UNIARP
(Membro da banca)

Ms. Adriane Alves da Cruz - UNIARP
(Membro da banca)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a DEUS, pois sem Ele nada seria possível, aos meus pais queridos e a minha amada Jenifer, os quais foram o meu alicerce nessa trajetória e me deram força e coragem durante os momentos mais difíceis.
Muito obrigada!

AGRADECIMENTOS

Ao longo destes quatro anos em que me dediquei para a Graduação de Serviço Social, muitas pessoas fizeram-se presentes e contribuíram de alguma forma para esse processo.

Primeiramente agradeço a Deus, pois sem Ele nada seria possível, por estar sempre ao meu lado e iluminando meus passos.

Agradeço imensamente meus amados pais, que me deram a vida e muito amor sempre, e com toda certeza foi recíproco em todos os momentos, independente das situações. Nunca desistiram de me incentivar a seguir os caminhos corretos.

Não poderia deixar de agradecer a minha esposa Jenifer, que esteve presente em todos os momentos desse processo, sempre me incentivando a nunca desistir e lutar pelos meus objetivos.

Um agradecimento especial a minha professora e orientadora Luciana Marques. Obrigada pelo seu empenho, dedicação e a confiança neste trabalho, seu apoio foi essencial nesta última etapa da graduação.

Por fim, mas menos importante, agradeço a todas as professoras que fizeram parte da realização de um sonho, pois contribuíram com a minha formação acadêmica e evolução enquanto ser humano, oportunizando o conhecimento sobre a profissão de Serviço Social que é primordial em nossa sociedade.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) teve como objetivo, refletir e analisar as vulnerabilidades sociais existentes nas famílias dos usuários do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Para tal, desenvolveu-se uma pesquisa no Programa BPC na Escola, que engloba crianças e adolescentes de idade entre 0 a 18 anos. A pesquisa de natureza qualitativa se caracterizou por ter sido uma descoberta de novas informações e interpretações da realidade contraditória, com os beneficiários do Município de Caçador/SC, articulando os dados levantados com a rede socioassistencial, a fim de levantar soluções para os problemas sociais enfrentamentos nessa realidade Buscou-se compreender as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência e suas famílias, já que elas têm determinadas limitações, e ainda sofrem com diversas formas de preconceitos e exclusão social. A proposta da pesquisa contou com a visita domiciliar para todos os beneficiários de BPC na Escola e aplicação de um questionário com perguntas abertas e fechadas. A pesquisa teve a duração de aproximadamente seis meses, sendo entre junho e novembro de 2019. O trabalho também faz uma análise crítica sobre o sistema de produção capitalista, expondo suas contradições e as relações sociais existentes, justamente por se tratar de um trabalho vinculado ao Serviço Social. Aborda princípios e diretrizes da Vigilância Socioassistencial, bem como suas atribuições e desafios frente às demandas da rede socioassistencial.

Palavras-chave: BPC na Escola. Vulnerabilidade social. Vigilância socioassistencial.

ABSTRACT

The aim of this Course Conclusion Paper (TCC) was to reflect and analyze the social vulnerabilities existing in the families of the Continuous Benefit Benefit (BPC) users. To this end, a research was developed in the BPC at School Program, which includes children and adolescents aged 0 to 18 years. The qualitative research was characterized as a discovery of new information and interpretations of the contradictory reality, with the beneficiaries of the Municipality of Caçador / SC, articulating the data collected with the social assistance network, in order to raise solutions to social problems. confrontations in this reality. We sought to understand the difficulties faced by people with disabilities and their families, as they have certain limitations, and still suffer from various forms of prejudice and social exclusion. The research proposal included a home visit to all BPC beneficiaries in the School and the application of a questionnaire with open and closed questions. The research lasted approximately 6 months, from June to November 2019. The paper also makes a critical analysis of the capitalist production system, exposing its contradictions and existing social relations, precisely because it is a work linked to the Social service. It discusses the principles and guidelines of the Social Assistance Surveillance, as well as its attributions and challenges in face of the demands of the social assistance network.

Keywords: BPC at School, social vulnerability, social assistance surveillance.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CEAS – Centro de Estudos e Ação Social

CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CNSS – Conselho Nacional Serviço Social

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

IBGE – Índice de Desenvolvimento Humano

JEC – Juventude Estudantil Católica

JOC – Juventude Operária Católica

JUC – Juventude Universitária Católica

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MDS – Ministério de Desenvolvimento Social

NOB – Norma Operacional Básica

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONU – Organizações das Nações Unidas

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PUC – Pontifícia Universidade Católica

RMA – Registro Mensal de Atendimentos

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

UNIARP – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 A SOCIEDADE CAPITALISTA E A PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL.....	11
1.1 CAPITALISMO.....	11
1.2 QUESTÃO SOCIAL.....	15
1.3 HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL.....	18
2 O PAPEL DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIANTE DAS VULNERABILIDADES SOCIAIS.....	22
2.1 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: A GARANTIA DE UM DIREITO E A VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL NESSE PROCESSO.....	22
2.2 UM OLHAR SOBRE A VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL NO SUAS.....	26
2.3 CONCEITO DE RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL.....	30
2.4 ATRIBUIÇÕES DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL NO CONTEXTO DA PROTEÇÃO SOCIAL	34
2.5 O PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL.....	37
3. VULNERABILIDADES SOCIAIS EM DESTAQUE: PESQUISA COM OS BENEFICIÁRIOS DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA.....	41
3.1 PROTEÇÃO SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL.....	41
3.2 PROGRAMA BPC NA ESCOLA.....	44
3.3 A PESQUISA DE CAMPO E SUA METODOLOGIA.....	47
3.4 EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL EXISTENTES NA PESQUISA DE CAMPO	49
3.5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	52
CONSIDERAÇÕES	76
REFERÊNCIAS	79

INTRODUÇÃO

O trabalho de conclusão de Curso (TCC) faz parte do processo final de graduação e é uma exigência parcial do curso de Serviço Social da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) de Caçador, para obtenção do título de bacharel em Serviço Social. Proporciona um momento de grande absorção de conhecimentos, visto que retrata a trajetória acadêmica ao longo de quatro anos, onde se priorizou uma temática atual e de grande relevância para a sociedade, contribuindo direta ou indiretamente para uma reflexão profunda sobre as vulnerabilidades e os enfrentamentos vivenciados pelos beneficiários de BPC na Escola e suas famílias, na realidade municipal de Caçador - SC.

O tema abordado nesse trabalho foi às vulnerabilidades sociais das famílias e beneficiários de BPC na Escola, realizada através de uma pesquisa de campo com aplicação de questionário sintético. Os dados obtidos nesse trabalho serão compartilhados de forma intersetorial, para que os órgãos competentes desenvolvam o seu papel.

Este trabalho surgiu com o objetivo de acompanhar, refletir e analisar as vulnerabilidades sociais existentes nas famílias dos usuários do BPC no Município de Caçador/SC, demonstrando os desafios que esses indivíduos enfrentam diante de uma sociedade ainda demarcada por preconceitos.

Partindo do entendimento de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e de responsabilidade da família, do Estado e da sociedade, compreende-se que as exigências são ainda maiores quando se trata de crianças e adolescentes com deficiência. Isto porque elas devem ser respeitadas nas suas diferenças e limitações, como também deve ser garantida a equiparação de oportunidades, o que supõe o direito de convivência em uma sociedade orientada por relações de acolhimento à diversidade humana.

No primeiro capítulo, abordou-se a trajetória Sócia Histórica do Serviço Social a partir do capitalismo e suas consequências para a sociedade, visto que, através desse modelo econômico é que se fortalecem as divisões de classes sociais e as expressões da “Questão Social” que se configura enquanto objeto da profissão. Ainda nesse primeiro momento, será enfatizada a ruptura do conservadorismo tradicional

que perdurou por muitos anos embasando a prática profissional, bem como compreender importantes particularidades da profissão de Serviço Social.

Para melhor compreensão sobre a temática, no segundo capítulo abordará sobre a política de assistência social como uma política pública de direito e, será abordado sobre o papel da vigilância socioassistencial na política de assistência social diante das vulnerabilidades sociais, uma vez que possuem intrínseca relação com a vigilância social, através de sua ação que se fundamenta em constantes estudos territorializados sobre variadas situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social vividas por famílias/indivíduos. Dar-se-á ênfase para Política de Assistência Social no contexto do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Destacam-se também os conceitos de vulnerabilidade e risco social, bem como as atribuições da Vigilância Socioassistencial.

O terceiro e último capítulo é constituído pela pesquisa de campo realizada com os beneficiários do Programa BPC na Escola, os quais são crianças e adolescentes de 0 a 18 anos. Onde se buscou, através da aplicação de um questionário, observar as vulnerabilidades sociais existentes nas famílias dos beneficiários. A análise dos dados da pesquisa se dará de forma crítica, mostrando os lados positivos e negativos.

Para finalizar a elaboração do TCC, temos a oportunidade de refletir sobre quais são as conclusões do trabalho, onde são retomados os aspectos mais relevantes do estudo, considerando os objetivos propostos e por fim as referências bibliográficas que enriqueceram o trabalho através da base teórica.

1 A SOCIEDADE CAPITALISTA E A PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL

Nesse capítulo, será abordada a história do capitalismo e sua evolução, bem como seus pontos positivos e negativos, examinada historicamente como civilização e como poder, assim como a divisão de classes sociais advindas desse sistema. Arelado ao surgimento da questão social e seus enfrentamentos nesse contexto, ligado à mudança do trabalho escravo para o trabalho livre, desde o início da profissão de Serviço Social até a atualidade onde a profissão encontra-se devidamente regulamentada e respaldada legalmente.

1.1 CAPITALISMO

Nos primórdios da civilização, os seres humanos viviam de forma nômade, os alimentos para o seu consumo estavam disponíveis na natureza e bastava apenas que fossem extraídos na medida de suas necessidades de sobrevivência. A partir do momento em que os alimentos eram consumidos mais rapidamente do que a natureza conseguia repô-los, os homens começaram a se dedicar às atividades agrícolas, de forma a obterem maiores quantidades e variedades nos produtos consumidos, assim os grupos sociais passaram a viver de forma sedentária.

O trabalho passou a fazer parte indissociável da vida dos seres humanos, como um meio de satisfazer as suas necessidades, e assim foram sendo criados e aperfeiçoados os instrumentos de trabalho, fazendo com que o ser humano avançasse para um novo estágio de desenvolvimento. Nesse período os meios de produção e os frutos do trabalho eram de propriedade coletiva, ou seja, não existia a ideia de propriedade privada, nem havia luta de classes.

A escravidão surge quando o processo de produção já tinha condições de gerar o excedente. Esse período ficou marcado pela exploração e dominação, onde um pequeno número de senhores explorava uma grande massa de escravos, sendo assim seus donos. Porém com o passar do tempo percebeu-se que com esse modo, as forças produtivas não avançavam, pois faltava estímulo para os escravos, já que não recebiam nada pelo seu trabalho, prejudicando assim o progresso da civilização.

O modo de produção feudal surge quando os senhores começaram a libertar seus escravos e permitir que eles explorassem as terras, ficando com uma pequena parcela do produto e entregando o restante para os donos da terra. Com o decorrer do tempo as relações feudais começaram a dificultar o desenvolvimento das forças

produtivas, o rendimento da agricultura diminuía consideravelmente. Já na cidade o crescimento da produtividade dos artesãos era freado pelos regulamentos existentes e o próprio crescimento das cidades era impedido pela ordem feudal.

O modo de produção de uma sociedade é formado por suas forças produtivas e pelas reproduções de relações sociais existentes, ou seja, ao viverem em sociedade, as pessoas participam diretamente da produção, da distribuição e do consumo de bens e serviços. Para produzi-los os homens estabelecem relações de produção uns entre os outros.

Na produção social de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessidades, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais [...]. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. [...]. Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção ou, o que é sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se em seu entrave. (MARX, 1983, p. 24-25)

O capitalismo tem sua gênese na Europa no final da Idade Média, através de um processo lento e gradual, sucedendo o feudalismo, após uma crise, devido ao aumento populacional, o desenvolvimento da agricultura, a criação das cidades e a multiplicação de trabalho, quando as pessoas passaram a viver em sociedades maiores.

O capitalismo é um sistema econômico, com desdobramentos no campo social que se desenvolveu mundialmente ao longo dos últimos séculos e que passou por diferentes fases, sendo o capitalismo comercial, industrial, monopolista e atualmente o capitalismo financeiro.

Caracteriza-se principalmente pela propriedade privada dos meios de produção e a busca constante pelo lucro e pela acumulação de capital, que se manifesta na forma de bens e dinheiro, transformando assim a sociedade mais competitiva e desigual.

A partir do seu processo de desenvolvimento, crise e recriação, o capitalismo, vem impondo de maneira desumana, uma conjuntura na qual o trabalho tem seu sentido subvertido, afetando diretamente a vida da sociedade, na medida em que limita suas possibilidades e abala as chances de ampliação de uma “vida cheia de sentido” (Antunes, 1995), desvalorizando suas potencialidades.

Diante da atual conjuntura social e econômica, causados pelo modo de produção capitalista e por suas consequências para a vida dos indivíduos, Guerra (2013) afirma:

[...] a atual crise do capital, seus antigos e reatualizados modelos de produção/reprodução e de acumulação incidem na construção das subjetividades, constituindo um sujeito que adere, acriticamente, ao fetiche oriundo do processo de financeirização do capital, não apenas respondendo, mas incorporando sua racionalidade como modo de ser, pensar e agir (GUERRA, 2013, p. 236).

O modo de produção capitalista, apesar de muitas mudanças ocorridas, afetam diretamente a organização do trabalho e, em consequência, a classe operária. O processo de desenvolvimento do capitalismo foi uma mutação no padrão de acumulação, e não no modo de produção em si, que prosseguiu com a intensificação e a exploração do trabalho.

A Revolução Industrial foi um conjunto de mudanças que aconteceram na Europa nos séculos XVIII e XIX. A principal particularidade dessa revolução foi a substituição do trabalho artesanal pelo trabalho assalariado fazendo uso das máquinas. Essa experiência imprimiu um novo ritmo de progresso tecnológico e integração da economia no qual percebemos as feições mais próximas da economia experimentadas no mundo contemporâneo. O desenvolvimento tecnológico, a obtenção de matérias primas a baixo custo e a expansão dos mercados consumidores fez com que o sistema capitalista conseguisse gerar uma situação de extrema ambiguidade: o ápice do enriquecimento das elites capitalistas e o empobrecimento da classe operária.

A reprodução das relações sociais na sociedade capitalista, a partir da teoria social crítica, é entendida como reprodução da totalidade concreta desta sociedade, em seu movimento e em suas contradições. É reprodução de um modo de vida que envolve o cotidiano da vida social: um modo de viver e de trabalhar socialmente determinado.

O capitalismo gera a exploração da maioria pela minoria, a luta de classes se transforma na luta pela superação da sociedade burguesa.

Menos por razões éticas e sociais e mais em defesa do regime, ao longo do tempo, a burguesia se viu compelida a rever suas estratégias de assistência aos pobres. O pauperismo, como pólo oposto da expansão capitalista, crescera tanto na Europa durante o século XIX que seu atendimento já não poderia mais se restringir às iniciativas de particulares ou da Igreja; era preciso mobilizar o próprio Estado, incorporando a prática da assistência e sua estratégia operacional – O Serviço Social – à estrutura organizacional da

sociedade burguesa constituída, como um importante instrumento de controle social. (MARTINELLI, 1991, p. 86).

Um dos problemas oriundos desse sistema é uma maior exploração dos recursos naturais, pois com o capitalismo o consumismo é exacerbado fazendo surgir uma necessidade na fabricação de outros produtos, danificando cada vez mais o meio ambiente.

Porém o principal problema ocasionado por esse sistema sem dúvida é a intensificação das desigualdades sociais. A busca incessante por lucros faz com que haja uma grande exploração do trabalho por parte dos donos dos meios de produção, isso ocorre com mais intensidade por causa da falta de emprego. Surgindo assim o exército industrial de reserva, que são denominados assim porque a força de trabalho excede as vagas existentes nas indústrias, fazendo que uma parcela da população sempre esteja desempregada, o que acarreta a não valorização do trabalho. A exploração da força de trabalho aumenta cada vez mais a disparidade econômica existente, pois concentra as riquezas nas mãos de poucas pessoas.

Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. Mas quanto maior este exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. Essa é a lei absoluta geral da acumulação capitalista (MARX, 1989, p. 203).

O objetivo do capitalista é acumular capital, ele o faz através da exploração da mais-valia. Ou seja, o trabalho realizado pelo proletariado é sempre muito maior em relação à sua remuneração, sendo contínua sua exploração.

Para Martinelli (2005, p. 54) “o capitalismo, gera o mundo da cisão, da ruptura, da exploração da maioria pela minoria, o mundo em que a luta de classes se transforma na luta pela vida, na luta pela superação da sociedade burguesa”.

Para os capitalistas acumular capital significa o mesmo que acumular proletariados, quanto mais trabalhadores eles têm mais produzem e podem assim expandir seu investimentos.

[...] na produção social de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva

uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência (MARX, 1973, p. 28).

Portanto, diante dos fatos mencionados, conclui-se que a força de trabalho humana é criadora da mais-valia, ela gera valor. O caráter progressista se explica a partir da concorrência, os capitalistas estão sempre em busca de inovações, aprimorando seus meios de produção em busca de maior produtividade. Por imprimir um sistema de exploração e alienação dos operários, o capitalismo é responsável pela proliferação da pobreza pelo fato de não dar espaço e nem trazer a igualdade de oportunidades para todos os membros da sociedade.

1.2 QUESTÃO SOCIAL

A gênese da “questão social” está diretamente ligada ao caráter coletivo da produção, a apropriação privada do trabalho e a sociabilidade formada sob o comando do capital. É através da consolidação do capitalismo e a lei geral da acumulação do capital que as condições para a emergência e o desenvolvimento da questão social emergem.

[...] o desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a ‘questão social’ – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da ‘questão social’; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornando potência social dominante. A ‘questão social’ é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo (NETTO, 2011, p. 157).

Tendo como base a lei da acumulação, o acúmulo do capital está diretamente ligado à teoria da mais valia, a qual é um dos pilares do capitalismo. A estrutura deste gera consequências diretas na sociedade, como a pobreza, uma das faces da questão social. Segundo Netto (2001), a pobreza não é algo novo na sociedade, mas sim a proliferação do pauperismo, através do qual, na mesma medida em que há um crescimento da produção, há também uma elevação do número de pessoas vivendo à margem da sociedade.

Sendo assim a questão social tem sua estrutura e dinâmica constituída a partir da exploração do trabalho, da reprodução ampliada do capital e da lei geral de sua acumulação, nessa perspectiva enquanto existir o capitalismo haverá a “Questão Social”.

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões de desigualdades engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. (...) expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. (...) Esse processo é denso de conformismos e resistências, forjados ante as desigualdades, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais (IAMAMOTO, 2001, p. 17).

Adquirindo conhecimento de que a questão social se expressa através das desigualdades sociais geradas por meio da relação capital e trabalho, se faz necessária à compreensão sobre o contexto histórico que a envolve. Por volta do final do século XVIII, com o processo de industrialização começaram a se intensificar as demandas da classe trabalhadora frente às exigências do sistema de produção capitalista.

É a política social do Estado burguês no capitalismo monopolista (e, como se infere desta argumentação, só é possível pensar-se em política social pública na sociedade burguesa com a emergência do capitalismo monopolista), configurando a sua intervenção contínua, sistemática, estratégica sobre as sequelas da “questão social” (...) Através da política social, o Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da “questão social” de forma a atender às demandas da ordem monopólica (...) (NETTO, 1996. p. 26).

Diante disso as expressões da “questão social” são marcadas pela exploração da mão de obra dos operários, cujas principais consequências foram: a longa jornada de trabalho, os baixos salários, as péssimas condições do ambiente de trabalho, a pauperização, bem como a perda da identificação do trabalhador com o produto final do seu trabalho.

Porém ao mesmo tempo em que a questão social se expressa pelas desigualdades sociais ela também é caracterizada pela resistência, através da qual o proletário passa a ter uma consciência de classe, se organizando politicamente mediante a criação de sindicatos e partidos políticos, bem como realizando várias manifestações para lutar pelos seus direitos.

As expressões da “Questão Social” revestem-se de novas configurações, porém com a permanência de elementos estruturais do capitalismo, como as desigualdades sociais e a concentração de renda, associados à retração de direitos sociais e de políticas públicas, do aumento do desemprego e imposição de políticas estruturais. O individualismo e a responsabilidade privada dos cidadãos se sobrepõem

ao público e ao dever do Estado, e o mundo financeiro vai cada vez mais se impondo sobre o cotidiano da vida dos indivíduos.

[...] a questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesa, a qual passa exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO, 2005, p. 77).

É importante salientar que esta questão por muito tempo esteve relacionada à “disfunção” ou “ameaça” de alguns indivíduos à ordem social. Seu reconhecimento deu-se na segunda metade do século XIX, a partir da emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político, na luta pelos direitos relacionados ao trabalho e na busca pelo reconhecimento de seus direitos pelos poderes vigentes, em especial pelo Estado.

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões de desigualdades engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. (...) expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características ético-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. (...) Esse processo é denso de conformismos e resistências, forjados ante as desigualdades, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais (IAMAMOTO, 2001, p. 17).

As relações conflituosas que se estabeleceram entre o capital e o trabalho, desde o início do modo de produção capitalista configura a “questão social”, que a partir do século XIX, tem sido colocada em debate.

A abordagem da “questão social” para o exercício profissional situa-se em torno de duas questões centrais. A primeira delas consiste na compreensão da “questão social” como base fundante do exercício profissional, diretamente relacionada com o significado social do trabalho do assistente social e, a segunda, volta-se para o debate do processo de análise, apreensão e formulação de respostas à “questão social”, entendendo esta como matéria profissional.

É importante salientar que a “questão social” não pode ser vista como algo natural, mas pelo contrário é fruto de uma construção sócio-histórica que se manifesta de diferentes maneiras, locais e períodos. Visto que problemas sociais sempre existiram na sociedade, mas a “questão social” surge quando há uma reflexão,

problematização, um confronto político de interesses antagônicos originados no conflito capital X trabalho.

A profissão de Serviço Social tem o comprometimento com a classe trabalhadora, vulnerabilizada e excluída e, portanto, há a necessidade de uma postura ética, investigativa, propositiva, crítica, planejada, gestora e executora, por parte dos profissionais de Serviço Social. Neste sentido,

O desafio é redescobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizontes para formulação de propostas que façam frente a questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade (IAMAMOTO, 2012, p.75).

O trabalho do assistente social ao relacionar-se diretamente com a conjuntura histórica do capitalismo está intrinsecamente ligado às relações sociais contraditórias que o permeiam. Tal fato assinala que o assistente social tem sua atuação caracterizada pelo conflito demarcado pelas demandas advindas da classe trabalhadora e, do outro lado, é contratado pelo Estado a quem Netto (2007) chamou de “comitê executivo da burguesia”.

Em virtude dos fatos mencionados, conclui-se que a questão social, não é, portanto, nem de um fenômeno natural, acidental, nem tão pouco de ordem individual. Trata-se sim de um dos elementos constitutivos e inelimináveis da reprodução ampliada do capital, apenas possível de ser superada mediante a superação do próprio capitalismo. E é na emergência do capitalismo monopolista que o Estado se vê obrigado a intervir na “questão social”, aonde vai se originar a gênese do Serviço Social.

1.3 HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL

No processo histórico do desenvolvimento capitalista, excepcionalmente em sua fase monopolista, localizam-se os alicerces para compreender a emergência do Serviço Social. Este período expressa uma vinculação da profissão às demandas construídas no complexo das contradições produzidas pelo conjunto das relações sociais de produção e reprodução da sociedade comum a esta fase.

Com o capitalismo, a sociedade se divide em duas classes sociais, por um lado o capitalista que é quem detém os meios de produção, e o proletariado que vende sua força de trabalho em troca de um mísero salário. Devido a essa exploração, a classe

subalterna passa a lutar por melhores condições de vida, sendo necessária a intervenção do Estado para mediar a situação por meio de dispositivos legais. À medida que o capitalismo cresce, fica mais latente a questão social, a condição desumana em que se encontra a classe trabalhadora, o que exige um posicionamento das classes dominantes, como a Igreja Católica e o Estado.

A boa sociedade da época, cujo elemento nativo principal se compõe dos setores burgueses ligados à agro-exportação e de seus prolongamentos nos setores médios mais abastados, essencialmente desconhecerá a existência da questão operária. Seu posicionamento natural variará entre a hostilidade e o apoio explícito à repressão policial e ações caridosas e assistencialistas, especialmente após o sufocamento dos movimentos reivindicatórios e nas crises econômicas que lançam grandes massas em situação de extremo pauperismo. (IAMAMOTO, 2011, p.12)

O Serviço Social surge então como uma ferramenta da classe burguesa, para controle do proletariado que já se mobiliza em prol de melhores condições de existência. Seu surgimento está diretamente relacionado ao modo de produção capitalista. Modo sustentado na exploração, na desigualdade, e que deixa de forma latente a “Questão Social”.

O Serviço Social surge porque existe uma questão social emergente, a qual pode ser interpretada de diversas maneiras.

[...] desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. (IAMAMOTO, 2006, p.17)

O Serviço Social é uma profissão que historicamente busca construir uma identidade profissional, está inserida dentro das relações sociais que se estabeleceram na sociedade capitalista. Em sua gênese destaca-se que a profissão vinculava-se a uma perspectiva conservadora, voltada para o controle dos indivíduos dentro da ordem capitalista e tendo como referencial a doutrina social da igreja católica, expressada especialmente nas encíclicas papais *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*.

No que se refere à Doutrina Social da Igreja merecem destaque nesse contexto as encíclicas ‘Rerum Novarum’ do Papa Leão XIII de 1891, que vai iniciar o magistério social da Igreja no contexto de busca de restauração de seu papel social na sociedade moderna e a ‘Quadragesimo Anno’ de Pio XI de 1931 que, comemorando 40 anos da ‘Rerum Novarum’ vai tratar da questão social, apelando para a renovação moral da sociedade e a adesão à Ação Social da Igreja (YAZBEK, 2010, p. 4).

Ou seja, a Igreja tinha a missão social de impor a paz política e fazer caridade, com o objetivo muito claro de apaziguar os conflitos da população que sofria com todas as formas de desigualdades e explorações.

Outra questão que influencia o surgimento do Serviço Social é a prática das políticas assistencialistas utilizadas pelos empresários na empresa. Ainda segundo Marilda Villela lamamoto (2011, [n.p.]): “Apesar de sempre aparecerem sob uma aura paternalista e benemerente, constituem-se numa atividade extremamente racionalizada, que busca aliar controle social ao incremento da produtividade e aumentar a taxa de exploração”.

Diante disso a Sociedade de Organização da Caridade cria a primeira proposta de racionalização do Serviço Social, baseada na ideia de que adequação e segurança do funcionamento social baseiam-se no reprimir as reivindicações da classe trabalhadora, obtendo assim, certo controle sobre a “questão social” e o operariado.

É através da racionalização que vão surgir às primeiras escolas de Serviço Social em 1899, na cidade de Amsterdã na Holanda, configurando-se como um marco na profissão juntamente com o suporte teórico da Sociologia, inteiramente ligada ao pensamento conservador e associada à Doutrina Social Cristã. No entanto mesmo com a profissão constituída os profissionais de Serviço Social acreditavam ingenuamente que os pobres eram a causa de sua própria situação.

Essa concepção conservadora ignora a estrutura societária, contribuindo para obscurecer para os Assistentes Sociais – durante um amplo lapso de tempo – os determinantes da “questão social” o que caracterizou uma cultura profissional acrítica, sem um horizonte utópico que os impulsionasse para o questionamento e às ações consequentes em prol da construção de novos e diferentes rumos em face das diretrizes sociais postas e assumidas pela profissão (FORTI, 2013, p. 99).

O Serviço Social no Brasil tem seu surgimento na década de 1930, atrelado também a Igreja e pautado no modelo Europeu de Assistência Social. Segundo lamamoto (2011), a gênese do Serviço Social no Brasil, enquanto profissão inscrita na divisão social do trabalho está relacionada ao contexto das grandes mobilizações da classe operária nas duas primeiras décadas do século XX, pois o debate acerca da “questão social”, que atravessa a sociedade nesse período, exige um posicionamento do Estado, das frações dominantes e da Igreja.

Em 1932, foi fundado o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), voltado para a formação técnica especializada, a partir do qual surgiu a primeira Escola de Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, em 1936, vinculado

inicialmente à Ação Social, com formação baseada na doutrina social da Igreja Católica. Nesse contexto, destacam-se movimentos como, por exemplo: Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC). Em 1937, foi fundada a segunda Escola de Serviço Social na PUC do Rio de Janeiro, e em 1940, a terceira no Recife.

O princípio de ação para o Serviço Social, no primeiro momento, é bem delimitado. Restringindo-se ao atendimento individual, a partir da ideia de sociedade, que caracteriza o indivíduo em condições estruturais de pobreza, como uma pessoa fraca, desajustada e incapaz, que precisa de ajuda especial. Adota-se a metodologia de caso, grupo ou comunidade, como formas de implementar a intervenção social, sem objetivar, contudo, uma análise na estrutura social.

No processo histórico de consolidação da profissão, desenvolve-se a busca da ruptura com a alienação imposta pelo sistema capitalista e nessa construção a profissão vai aproximar-se dos referenciais marxistas que estão expressos na contemporaneidade no projeto ético político hegemônico da profissão.

Como profissão inscrita na divisão do trabalho, o Serviço Social surge como parte de um movimento social mais amplo, de bases confessionais, articulado à necessidade de formação doutrinária e social do laicato, para uma presença mais ativa da Igreja Católica no “mundo temporal”, nos inícios da década de 30. Na tentativa de recuperar áreas de influências e privilégios perdidos, em face da crescente secularização da sociedade e das tensões presentes nas relações entre Igreja e Estado, a Igreja procura superar a postura contemplativa (IAMAMOTO, 2013, p. 18).

A compreensão do significado do Serviço Social só é possível de ser desvelado se inserido no complexo processo de produção e reprodução das relações sociais historicamente determinadas, bem como das correlações de forças sociais em disputa. Por essa razão que seu reconhecimento enquanto profissão, inserida na divisão social e técnica do trabalho, institucionalizada e legalmente reconhecida é resultado do movimento processual do desenvolvimento da sociedade capitalista, em especial na fase monopolista, e da intensificação de suas contradições, inerente ao seu próprio movimento, expresso pela questão social.

Diante dos fatos mencionados, conclui-se que o Serviço Social surge como uma ferramenta da classe burguesa, para controle do proletariado que já se mobiliza em prol de melhores condições de existência. Seu surgimento está diretamente relacionado ao modo de produção capitalista. Modo sustentado na exploração, na desigualdade, e que deixa de forma latente a “Questão Social”.

2 O PAPEL DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIANTE DAS VULNERABILIDADES SOCIAIS

Nesse capítulo será abordado sobre o papel da Vigilância Socioassistencial e sua indissociabilidade na proteção social e defesa de direitos, suas atribuições junto à política de assistência social, destacando os conceitos essenciais para a compreensão da temática abordada. Também tecer reflexões sobre o termo vulnerabilidade e risco, interseccionando suas relações na política de assistência social. A reflexão encaminhada deixa ver que os termos, frequentemente utilizados nas políticas sociais, devem ser compreendidos pelo contexto histórico e social e pela importância do diálogo entre as ciências.

2.1 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: A GARANTIA DE UM DIREITO E A VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL NESSE PROCESSO

A temática central deste TCC se insere no campo da Política de Assistência Social. Portanto, para compreender a atual conjuntura da Política de Assistência Social no Brasil, é necessário, primeiramente, lembrar o campo histórico, político e social desde a sua gênese filantrópica até certa ruptura com o reconhecimento desta enquanto direito.

Na conjuntura histórica brasileira a Política Social está diretamente ligada à configuração da “questão social”, produzida pelas contradições da reprodução do capitalismo que se estabeleceu a partir da correlação de forças entre os interesses do capital e o interesse das classes trabalhadoras. Essa relação antagônica de compra e venda de força de trabalho que suscita de um lado acumulação de capital por parte dos possuidores dos meios de produção, e do outro, a venda da força de trabalho por um valor tão ínfimo, que mal dá para suprir as necessidades básicas dos indivíduos e suas famílias, culminou no crescimento brusco e ininterrupto da pobreza.

No Brasil, o processo de efetivação de direitos foi e vem sendo dirigido de forma inversa. A conjuntura política social brasileira se estabeleceu por meio de uma histórica cultura paternalista, coronelista e populista, que por um longo tempo desconsiderou e ainda desconsidera a garantia social de direitos, como forma de proteção social e acesso a cidadania. (SOUZA; GONÇALVES, 2014, p. 02).

Segundo Oliveira (2005) a Assistência Social foi considerada por muitos anos

como lugar da não política, da cultura do favor, de ações caritativas, paliativas e voluntaristas de forma assistencialista.

Na história da humanidade, a assistência aparece inicialmente como prática de atenção aos pobres, aos doentes, aos miseráveis e aos necessitados, exercida, sobretudo, por grupos religiosos ou filantrópicos. Ela é antes de tudo, um dever de ajuda aos incapazes e destituídos, o que supõe uma concepção de pobreza enquanto algo normal e natural ou fatalidade da vida humana. Isto contribuiu para que, historicamente e durante muito tempo, o direito à Assistência Social fosse substituído por diferentes formas de dominação, marginalização e subalternização da população mais pobre. (OLIVEIRA, 2005, p. 25)

Em meio a Segunda Guerra Mundial, no ano de 1940, a primeira dama Darcy Vargas, esposa do Presidente Getúlio Vargas assume a Legião Brasileira de Assistência (LBA), sendo esta a primeira “[...] intervenção do estado brasileiro institucionalmente organizada” (BOSCHETTI, 2003, p. 42). Uma assistência aos pobres necessitados e, sobretudo às famílias de soldados que iam para a Guerra.

A LBA tratava-se de uma organização de voluntárias com primeiras damas em todo o Brasil. Na época, o assunto era fortemente associado ao trabalho de mulheres para lidar com os pobres, fazer caridade e não formar pautas políticas. A assistência era vista como um Estado de benevolência, e não de direito.

Nesse mesmo período foi criado o CNSS (Conselho Nacional Serviço Social), com o objetivo de dar suporte às entidades filantrópicas e privadas que também promoviam a assistência, isso através do repasse de recursos financeiros. O grande problema desses conselhos é que foram responsáveis por inúmeros desvios e isenções clientelistas a essas instituições.

A ascensão da assistência no Brasil foi permeada pela caridade, benemerência, filantropia, clientelismo e prática do favor fortemente influenciada pela religião e pela presença governamental; levando assim longos anos para se instaurar como política pública, reconhecida como um direito de responsabilidade estatal.

Nos anos de 1980, iniciou-se um período de transição no Brasil. O País, politicamente vinha de uma Ditadura Militar desde 1964 e no clarear de 1980 desenrolava-se o processo de redemocratização. O assunto pobreza era latente nas pautas sociais, pois se caracterizava em concentrado destaque como grande “problema” no Brasil. O movimento social das “diretas já” confirmava a insatisfação

dos brasileiros com as condições políticas, econômicas e sociais pela qual passava a nação.

No Brasil, a crise decorrente do esgotamento do “milagre econômico”, ao final da década de 1970 e início da década de 1980, propiciou uma conjuntura sócio econômica favorável ao movimento da sociedade em direção à redemocratização e, com isso, a reorganização da sociedade civil, através de diversos acontecimentos sociais. O processo de redemocratização da sociedade brasileira levou à instalação da Assembleia Nacional Constituinte e a possibilidade de se estabelecer outra ordem social, em novas bases, o que fez com que esses movimentos se articulassem para tentar inscrever na carta institucional direitos sociais que pudessem ser traduzidos em deveres do estado, através de políticas públicas (CUNHA; CUNHA, 2003).

É a partir da década de 1980 que as políticas sociais passam a ter um caráter de direito, sendo que esse período foi marcado por pontos cruciais, entre os quais o momento efervescente dos movimentos sociais na luta pela democracia e pelos direitos sociais. Em síntese, dessas lutas obteve-se a Constituição Federal de 1988, considerada a “Constituição Cidadã”, que registra o grande avanço em relação aos direitos sociais e a assistência social.

É através da Constituição Federal de 1988 que a Assistência Social é estabelecida como uma política pública para quem dela necessitar, caracterizando-se como direito do cidadão e dever do Estado, independente de contribuição à seguridade social. É uma Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

A política de assistência social compõe a partir disso o tripé da seguridade social, e se configura como uma forma de proteção social para aqueles que dela necessitarem, constituindo-se como política não contributiva, seletiva. Assim como as outras políticas que compõe o tripé da seguridade social, a assistência social é um direito constitucionalmente estabelecido, se configurando como política de estado, tendo sua base na constituição federal nos artigos 203 e 204, perpassando por debates promovidos entre a sociedade civil, entidades de atendimento e diversas representações do Serviço Social. Para Sposati (2007) a Assistência Social deve se constituir numa política de vigilância das exclusões sociais garantindo direitos aos mínimos sociais e fazendo da Assistência Social uma política de equidade, principalmente na cobertura de riscos e vulnerabilidades sociais.

No dia 07 de dezembro de 1993 foi promulgada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que regulamentou os artigos 203 e 204 da Constituição Federal de

1988, reiterando a ideia de Assistência Social como política pública I e de gestão participativa. Buscando dar concretude a esta nova visão de Assistência Social.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), via Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nº 145 de 15/10/2004, materializa as diretrizes da LOAS, padronizando, ampliando e implementando através de seu texto, os serviços de assistência social com uma organização em todo âmbito territorial brasileiro.

A PNAS, que é um documento normatizador das ações de assistência social, promove principalmente a defesa e a atenção aos interesses e necessidades às pessoas em situação de risco e/ou vulnerabilidade social, cabendo à mesma, ações que promovam a prevenção, a proteção, a promoção e a inserção social, também como um conjunto de garantias e seguranças.

Foi construída a fim de integrar as demais políticas sociais, considerando as peculiaridades sociais e territoriais, efetivando assim, a garantia dos mínimos sociais, bem como a universalização dos direitos sociais e tem como órgão gestor, um Ministério nacional que atualmente se nomeia Ministério da Cidadania. Fica instituído, também na LOAS em seus artigos 4º e 5º, o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), sendo o modelo de gestão da Política de Assistência Social no País.

A implantação do SUAS foi um grande salto na organização da Política de Assistência Social, trazendo de forma descentralizada, hierarquizada e participativa uma nova forma de gestão na política. Vale ressaltar que participação dos usuários nos conselhos de assistência social é considerada um dos grandes avanços no processo, colocando o usuário como protagonista da Política em questão, dando vez e voz a quem era considerado mero receptor de ações assistencialistas.

O Sistema Único de Assistência Social, em construção no país, é a materialização de uma agenda democrática cuja biografia tem raízes históricas nas lutas e contradições que compõem esse direito social, que foram e são objeto da atenção de intelectuais, da atuação de militantes e da ação de trabalhadores sociais em todo o país. Esse processo histórico de alguma duração, perto de quatro décadas, continua a requisitar muita atenção, já que aparece como referência para a montagem da nova condição da política de assistência social em curso. Esta justa “retrovisão” assessora o enfrentamento dos desafios colossais que envolve o projeto e o processo desse inédito sistema e garante a manutenção do seu compromisso central, que é solapar o flagrante desmonte do sistema de direitos sociais arduamente conquistados, que andava em curso no Brasil até 2003. (LOPES, 2006, p. 77).

O novo sistema de gestão da Política de Assistência Social respeita as diferenças entre os municípios e a realidade da população urbana e a rural, sendo que, determina os níveis de gestão dos municípios de acordo com proteção social que é ofertada (Básica e Especial), normatizando os padrões de serviços, estabelecendo qualidade no atendimento e indicadores de avaliação, assim como as funções de proteção social e vigilância socioassistencial.

A construção do SUAS presume a ruptura do assistencialismo, da benesse, de ações de primeiro damismo e outras ações que são perpassadas pelo modelo coronelistas, paternalista e personalista brasileiro, constituindo-se assim como um grande avanço na política de assistência social brasileira.

Entretanto, no campo dos direitos sociais, houve um retrocesso decorrente do modo de produção capitalista com vistas ao modelo neoliberal, intensificado na década de 1990, período marcado por fragilizações no âmbito das políticas sociais. São incorporadas novas percepções referentes aos direitos e a justiça social, novas formas de alocação de recursos públicos e novos parâmetros de regulação ocasionando uma série de reformas as quais acarretaram mudanças cruciais nesse processo.

(...) construiu para a Assistência Social um perfil ainda longe proposto pela LOAS, perfil desarticulado que colocou em evidência um caráter seletivo, focalista e fragmentador para as suas intervenções com medidas assistenciais meramente compensatórias face aos efeitos dos ajustes estruturais da economia (YAZBEK, 2006, p. 12).

Nessa conjuntura há um difícil processo de ruptura com os traços assistencialistas que ainda pairam no campo da assistência social.

Portanto, foram imprescindíveis os avanços conquistados no que tange a política social, no entanto, a mesma ainda necessita romper com diversos paradigmas e retrocessos para atingir uma posição de consolidação com vistas ao fomento das potencialidades humanas, consubstanciadas na materialização e/ou viabilização dos direitos sociais. Uma das novas funções estabelecidas com o SUAS é a vigilância socioassistencial que tem como principal objetivo de identificar situações de risco e de vulnerabilidades.

2.2 UM OLHAR SOBRE A VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL NO SUAS

Neste momento, abordar-se-á sobre o papel da Vigilância Socioassistencial e sua indissociabilidade na proteção social e defesa de direitos, suas atribuições junto

à política de assistência social, destacando os conceitos essenciais para a compreensão da temática abordada. Também tecer reflexões sobre o termo vulnerabilidade e risco, interseccionando suas relações na Política de Assistência Social.

A Constituição Federal de 1988 assegura a assistência social como uma política de direito, de competência do poder público e organiza a seguridade social, composta pela tríade: saúde, assistência e previdência social.

Com a criação SUAS, embasado pela PNAS de 2004 e LOAS de 1993, o ordenamento político-institucional da Assistência Social se “modifica” qualitativamente. A nova matriz de gestão da Política, dentro dessa perspectiva, apresenta-se como uma proposta inovadora de superação das práticas e concepções tradicionais, burocráticas e patrimonialistas, que caracterizaram historicamente a assistência social.

Um dos princípios da LOAS, é assegurar um desenho descentralizado de execução das ações com a participação dos diversos setores e agentes sociais em todos os processos de execução da política de assistência social.

Ao analisar o processo de implementação do SUAS para um modelo descentralizado e participativo pode-se localizá-lo sob a perspectiva das diferenças territoriais, a partir da realidade e das especificidades históricas que a Assistência Social marcou em cada instância.

Para a efetivação de uma nova proposta estabelecida pelo SUAS, verifica-se a necessidade de aprofundamento dos elementos básicos da PNAS e do SUAS, bem como, de temas circunscritos na política em tela, dentre eles, a vigilância socioassistencial. Nessa mesma direção Couto (2009), aponta que:

Um dos grandes desafios da gestão da política social consiste em definir os seus elementos básicos que deverão apontar para concretização do Suas. Entre eles, têm enorme relevância a legislação e as normas operacionais e técnicas construídas no seu processo de implantação e implementação. O amplo conhecimento da LOAS, da PNAS/2004 e da NOB/Suas (Norma Operacional Básica) é fundamental para o processo de gestão. (COUTO, 2009, p. 213).

Como parte do orçamento da Assistência Social, a vigilância socioassistencial é essencial para a efetivação de sua função e instrumentalidade frente às proteções, na identificação e na prevenção das situações de risco e vulnerabilidade social. Os processos que implicam o monitoramento da política se constituem em grandes desafios para uma avaliação que tenha a aptidão de ampliação e melhora dos

serviços, possibilitando aos gestores, trabalhadores e usuários maior participação nesses processos.

O ponto de partida e de chegada da Vigilância Socioassistencial está na sua travessia cotidiana pela dinâmica da realidade que acontece nas cidades, nos bairros, nos locais de atendimento, nas famílias chamadas de usuárias ou beneficiárias. A Vigilância Socioassistencial não consegue ser realizada como função da política pública, se não estiver conectada com o mundo real da gestão e da prestação de serviços da política de assistência social. (BRASIL, 2013a, p.18).

A Vigilância Socioassistencial é uma área vinculada à Gestão do SUAS que tem como responsabilidade fundamental a produção, sistematização e análise de informações territorializadas sobre as situações de risco e vulnerabilidade que incidem sobre famílias e indivíduos, assim como, de informações relativas ao tipo, volume e padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial.

Assim, e ao mesmo tempo, a Vigilância Socioassistencial não só se responsabiliza com os resultados do que é realizado, como também com o reconhecimento das demandas não incorporadas. [...] Alcançar a condição de política institucional que efetiva direitos, implica em reconhecer todos os cidadãos “com direito a ter direito”. Essa dupla dimensão – efetivar direitos para uma parcela e ao mesmo tempo reconhecer os que por eles não foram abrangidos- constrói o lugar político institucional de Vigilância Socioassistencial na política de assistência social e em seu processo de gestão que deve seguir os princípios da matricialidade sociofamiliar, territorialização, descentralização e participação democrática (BRASIL, 2013).

O SUAS atua na regulação e organização das ações socioassistenciais que são estruturadas e hierarquizadas por níveis de complexidade (básica, média e alta). Este sistema normatiza as funções da política de assistência social, tornando a Vigilância Socioassistencial como responsável por detectar as diversas situações de vulnerabilidade e risco.

Na PNAS, a Vigilância Socioassistencial foi concebida como função a ser operacionalizada no âmbito do SUAS:

refere-se à produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social que incidem sobre famílias/pessoas nos diferentes ciclos da vida (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos); pessoas com redução da capacidade pessoal, com deficiência ou em abandono; crianças e adultos, vítimas de formas de exploração, de violência e de ameaças; vítimas de preconceito por etnia, gênero e opção pessoal; vítimas de apartação social que lhes impossibilite sua autonomia e integridade, fragilizando sua existência; vigilância sobre os padrões de serviços de assistência social em especial aqueles que operam na forma de albergues, abrigos, residências, semi-residências, moradias provisórias para os diversos segmentos etários. Os indicadores a serem construídos devem mensurar no território as situações de riscos sociais e violação de direitos (BRASIL, 2004, p. 39-40).

Constitui-se então como uma área excepcionalmente dedicada à gestão da informação, mas vigorosamente comprometida com o efetivo apoio às atividades de planejamento, gestão, supervisão e execução dos serviços e benefícios socioassistenciais. Deve produzir e disseminar informações e conhecimentos que contribuam para efetivação do caráter preventivo e proativo da política de assistência social, assim como para a redução dos agravos.

A partir da Política Nacional e do Plano Nacional Decenal da Assistência Social, a Vigilância Socioassistencial é assumida como:

O desenvolvimento da capacidade e de meios de gestão para conhecer a presença de formas de risco, vulnerabilidades e violações de direitos da população e dos territórios e seus agravos, de forma a produzir e sistematizar informações quali-quantitativas voltadas à expansão, qualificação, alcance e cobertura da proteção social e à organização e gestão do sistema público. (PNAS, 2004:93 e PNDAS, 2007:42).

O modelo institucional da política de Assistência Social pauta-se no SUAS, que é um Sistema descentralizado e participativo, apresentando-se enquanto possibilidade real da expansão dos direitos à proteção social não contributiva, e potencializando a oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais em todo o território nacional, definindo e organizando os elementos imprescindíveis à execução da política de assistência social.

A vigilância socioassistencial era conceituada pela NOB SUAS de 2005, delimitando o escopo de suas ações, porém não deixava nítido como seria operacionalizada. Deixava o Estado atribuído da função de conduzir a implantação da política de assistência social dentro de seu território, prestando apoio técnico e financeiro aos Municípios para que estruturassem seus Sistemas Municipais.

A vigilância socioassistencial consiste no desenvolvimento da capacidade e de meios de gestão assumidos pelo órgão público gestor da Assistência Social para conhecer a presença das formas de vulnerabilidade social da população e do território pelo qual é responsável. (NOB-SUAS, 2005, P.21)

A vigilância social realiza constantes estudos territorializados sobre as várias situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social vividas pelas famílias e indivíduos, estabelecendo as demandas de proteção social básica e especial de assistência social.

Já a NOB SUAS de 2012 cria a obrigação de instituir a área da vigilância socioassistencial vinculada aos órgãos gestores da política de assistência social,

dispondo de recursos de incentivo à gestão para sua estruturação, desenvolvimento de atividades, manutenção e delimita as responsabilidades dos entes.

A vigilância socioassistencial é preconizada na PNAS, no entanto, adquire uma maior materialidade a partir da NOB/2012:

A Norma Operacional Básica do SUAS aprovada em 2012 – NOB 2012 – em seu artigo 1º afirma a Vigilância Socioassistencial como uma função da política de assistência social, conjuntamente com a Proteção Social e a Defesa de Direitos. Essas três funções possuem fortes relações entre si, e em certo sentido, podemos afirmar que cada uma delas só se realiza em sua plenitude por meio da interação e complementariedade com as demais (BRASIL, Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial, p.11).

A NOB traz a importância da vigilância dentro da política social, assemelhando-se, à proteção social e defesa dos direitos, o que é reafirmado na LOAS (1993) em seu artigo 2º:

A assistência social tem por objetivos:

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente: (...); II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos; III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

Portanto conclui-se que a Vigilância Socioassistencial deve prestar todo o apoio para que a gestão da política de assistência social, nos municípios obtenha efetividade e garanta a proteção social para a parcela da sociedade que necessita.

2.3 CONCEITO DE RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL

A introdução da temática da vulnerabilidade social no cenário da política social acontece nos anos de 1990, a partir do esgotamento da matriz analítica da pobreza, que se reduzia a questões econômicas. Os conceitos sobre vulnerabilidade surgem na área da saúde reordenando as práticas de prevenção e promoção para um enfoque mais contextualizado e atento ao aspecto social. De modo similar, na assistência social, o conceito de vulnerabilidade é adjetivado pelo termo social, que indica a evolução do entendimento acerca das privações e desigualdades ocasionadas pela pobreza.

Os conceitos de vulnerabilidade e risco possuem intrínseca relação com a vigilância social, uma vez que sua ação se fundamenta em constantes estudos

territorializados sobre variadas situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social vividas por famílias/indivíduos.

A ação da Vigilância Socioassistencial se baseia:

[...] em constantes estudos territorializados sobre diversas situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social vividas por famílias/indivíduos. Assim, o aprofundamento desses conceitos é imprescindível para o aprimoramento da vigilância social adotada pela PNAS. É preciso discutir que vulnerabilidades e riscos são fatores presentes nos territórios que devem ser “cobertos” por uma Política de Proteção Social de Assistência Social (RIZOTTI, 2013, p.133).

Para a PNAS, vulnerabilidade diz respeito a situações que podem levar à exclusão social de sujeitos, sejam elas originadas por processos de produção e reprodução de desigualdades sociais ou por processos discriminatórios, segregacionistas, produzidos historicamente e socialmente, onde alguns grupos são privilegiados em detrimento de outros.

A vulnerabilidade é entendida como o desajuste entre ativos e a estrutura de oportunidades, provenientes da capacidade dos atores sociais de aproveitar oportunidades em outros âmbitos socioeconômicos e melhorar sua situação, impedindo a deterioração em três principais campos: os recursos pessoais, os recursos de direitos e os recursos em relações sociais (KATZMAN, 2001, p.171).

Nessa linha de pensamento, a vulnerabilidade social se constitui como construção social, enquanto produto das transformações societárias, assumindo diferentes formas de acordo com os condicionantes históricos. Essas transformações acabam por desencadear fundamentais mudanças na esfera da vida privada, acentuando fragilidades e contradições.

O conceito de vulnerabilidade ao tratar da insegurança, incerteza e exposição a riscos provocados por eventos socioeconômicos ou ao não-acesso a insumos estratégicos apresenta uma visão integral sobre as condições de vida dos pobres, ao mesmo tempo em que considera a disponibilidade de recursos e estratégias para que estes indivíduos enfrentem as dificuldades que lhes afetam (VIGNOLI e FILGUEIRA, 2001, apud AMBRAMOVAY, 2002, p. 34 -35).

A vulnerabilidade social, assim compreendida, pressupõe um conjunto de características, de recursos materiais ou simbólicos e de habilidades inerentes a indivíduos ou grupos, que podem ser insuficientes ou inadequados para o aproveitamento das oportunidades disponíveis na sociedade. Assim, essa relação irá determinar maior ou menor grau de deterioração de qualidade vida dos sujeitos.

A diminuição dos níveis de vulnerabilidade social pode se dar a partir do fortalecimento dos sujeitos para que possam acessar bens e serviços, ampliando seu

universo material e simbólico, além de suas condições de mobilidade social. Para isso, as políticas públicas constituem-se de fundamental importância.

Segundo a PNAS (2004) a vulnerabilidade se constitui em situações ou ainda em identidades que podem levar a exclusão social dos sujeitos. Estas situações se originam no processo de produção e reprodução de desigualdades sociais, nos processos discriminatórios, segregacionista engendrados nas construções sócio-históricas que privilegiam alguns pertencimentos em relação a outros.

Para delimitar e dar especificidade à utilização do conceito de vulnerabilidade no âmbito da política de assistência social faz-se necessário ter clareza das responsabilidades e ofertas que nos competem enquanto executores de uma política setorial específica. O enfrentamento e superação das vulnerabilidades sociais, em sentido amplo, só são possíveis pela ação conjugada de diferentes políticas.

O conceito de risco é utilizado em várias áreas do conhecimento e tem aplicação distinta no âmbito de inúmeras políticas públicas, tais como, saúde, meio-ambiente, segurança.

O risco social denota as circunstâncias às quais certas populações estão submetidas por não serem atendidas pela proteção social pública. Geralmente concebe-se o risco na forma de acidentes, azares da vida ou fenômenos naturais, os quais as pessoas estão invariavelmente submetidas. Entretanto, é preciso distinguir o acaso das determinações sociais.

Para a política de Assistência Social, a noção de risco não se traduz como fortuna ou azar, mas como “acontecimento previsível” (CASTEL apud COUTO et al, 2014, p. 76). O risco é determinado pelos processos sociais. Evita-se a exclusiva responsabilização individual e a consequente desresponsabilização estatal (COUTO et al, 2014).

A conceituação de risco visa identificar a probabilidade ou a iminência de um evento acontecer e está articulado com a disposição ou capacidade de antecipar-se para preveni-lo, ou de organizar-se para minorar seus efeitos, quando não é possível evitar sua ocorrência.

Os riscos sociais remetem às vulnerabilidades que demandam por assistência social ainda que o enfrentamento da demanda não seja da atribuição específica dessa política. Tais vulnerabilidades tendem a levar os sujeitos à exclusão social e à situação de risco pessoal e social.

As relações dos sujeitos, seja ela individual ou coletiva, com padrões de desenvolvimento geradores de desigualdade, tendem a produzir situações de fragilidades desses sujeitos, dos seus grupos de sociabilidade e dos territórios onde se encontram inseridos. Essa perspectiva possibilita reconhecer a descontinuidade ou mesmo a ausência de investimento estatal nos territórios e nos indivíduos, bem como as situações de estigma e desamparo que engendram ou reforçam condições de fragilidade. Por outro lado, possibilita também a compreensão das capacidades e potencialidades dos sujeitos para enfrentar as situações de risco e exclusão decorrentes dessas interrelações. (BILAC, 2007 apud BRASIL, 2010, p. 76).

A operacionalização do conceito risco para a Assistência Social exige a definição do conjunto de eventos em relação aos quais lhe compete diretamente desenvolver esforços de prevenção ou de enfrentamento para redução de seus agravos. Em relação a esses eventos é necessário desenvolver estudos que permitam algum tipo de mensuração da sua probabilidade de ocorrência ou de identificação de sua iminência, além de realizar o monitoramento de suas incidências.

Para a PNAS, o risco social não significa somente um perigo imediato, mas uma condição social que interfere na futura situação de um indivíduo ou coletividade. Prevenir o risco social, na atual conjuntura da Política de Assistência Social, é uma responsabilidade do Estado e um direito do cidadão, preconizados como eixo da mesma.

O risco social, pelo qual a vigilância social é responsável por detectar e informar as características e dimensões se trata dos riscos a que estão expostos indivíduos, famílias, classes sociais, coletividades que se encontram fora do alcance da rede de segurança propiciada pela proteção social pública e que são gerados por uma cadeia complexa de fatores.

A segurança é uma exigência antropológica de todo indivíduo, mas sua satisfação não pode ser resolvida exclusivamente no âmbito individual. É também uma necessidade da sociedade que se assegure determinada medida a ordem social e se garanta uma ordem segura a todos seus membros. As políticas sociais representam um dos instrumentos especializados para cumprir essa função. (VILALOBOS, 2000, p.58 apud SPOSATI, 2001, p. 70).

Nas políticas sociais, considerar a perspectiva da responsabilização individual para enfrentar riscos sociais, que acaba por fortalecer políticas de proteção social, focalizadas nos mais pobres ao invés de políticas universais. (COUTO, YAZBEK, RAICHELIS, 2010). Não se rompe com o circuito de “sociedade de risco no qual o trabalhador é que deve ser provedor da superação do risco”.

Portanto conclui-se que para não ocorrer equívocos sobre os conceitos de vulnerabilidade social e risco social, na Política em questão, uma vez que, eles possuem diferentes proporções nas mais variadas áreas de conhecimento, é necessário que a comunidade científica produza maior conhecimento no âmbito da Política de Assistência Social.

2.4 ATRIBUIÇÕES DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL NO CONTEXTO DA PROTEÇÃO SOCIAL

A área da Vigilância Socioassistencial é diretamente ligada à Gestão do SUAS, constituindo-se como um espaço totalmente dedicado à gestão da informação, mas fortemente comprometida com o efetivo apoio às atividades de planejamento, supervisão e execução dos serviços e benefícios socioassistenciais. Tem a obrigação de produzir e disseminar informações e conhecimentos que contribuam para efetivação do caráter preventivo e proativo da Política de Assistência Social, assim como para a redução dos agravos.

As unidades de proteção básica ou especial nas quais são ofertados os serviços e benefícios socioassistenciais são provedoras de informações para a Vigilância Socioassistencial sempre que registram e armazenam de forma adequada dados relativos ao território e ao perfil dos usuários, além de informações referentes ao tipo e volume de atendimentos que realizam, contribuindo assim para o mapeamento de situações de risco e vulnerabilidade e de eventos de violações de direitos em determinado território. Assim, o ponto de partida para a Vigilância Socioassistencial é, em larga medida, o próprio conhecimento produzido e acumulado das equipes técnicas da Assistência Social. (Disponível em www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_Vigilancia)

Embora, o campo esteja diretamente vinculado a Gestão do SUAS, é necessário compreender sua estreita relação com as áreas de Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial, responsáveis diretas pela oferta dos serviços socioassistenciais à população.

A Vigilância tem um caráter preventivo e proativo da política, buscando a diminuição dos agravos, das vulnerabilidades e riscos sociais, além de fornecer subsídios para estratégia de gestão da política, bem como um papel fundamental nos processos de planejamento, avaliação e monitoramento dos serviços socioassistenciais.

A ideia da Vigilância Socioassistencial e de direitos socioassistenciais vinculados à Assistência Social promove a defesa e compreensão de que a delimitação do campo da proteção social, focando seu caráter preventivo e de preservação extrapola a dimensão individual e o caráter compensatório e requer o vínculo da Assistência Social com o real, para afirmar a política enquanto dever do Estado e direito do cidadão à proteção social (BRASIL, 2013, p. 27).

A Vigilância Socioassistencial deve contribuir com as áreas de proteção social básica e de proteção social especial por meio da elaboração de estudos, planos e diagnósticos capazes de ampliar o conhecimento sobre a realidade, e auxiliar no planejamento e organização das ações realizadas nos territórios.

A efetivação de um direito socioassistencial ocorre para o indivíduo e/ou a família que requerem certa atenção, mas ao mesmo tempo tem que garantir uma oferta pública prestada a todos àqueles que apresentam a mesma necessidade.

A vigilância socioassistencial tem como atribuição fundamental subsidiar planos de assistência social por meio de diagnósticos que deem a visão da totalidade das necessidades de proteção de Assistência Social.

[...]O processo de investigação da realidade e das vulnerabilidades e riscos sociais e pessoais presentes nos territórios não assume, assim, apenas o caráter quantitativo – baseado em levantamento de dados numéricos e na construção de indicadores e índices; mas exige o estabelecimento de relações, mediações e sistematizações que garantam a análise e interpretação desses dados, reveladores de novos modos de ler a realidade como totalidade. (BRASIL/ MDS, 2008, vol. 3, p.34)

Entre os principais objetivos da Vigilância Socioassistencial estão: conhecer a presença das formas de vulnerabilidade social da população e do território; apoiar o planejamento de ações preventivas e contribuir para o aprimoramento das ações que visem à restauração de direitos violados e a interrupção de situações de violência.

Do ponto de vista operacional, as principais atividades inerentes às competências e responsabilidades da Vigilância Socioassistencial são:

- a) Elaborar e atualizar periodicamente o diagnóstico sócio territorial (do município, do estado ou do país) que deve conter informações especializadas dos riscos e vulnerabilidades e da conseqüente demanda de serviços de proteção social básica e de proteção social especial, bem como informações igualmente especializadas referentes ao tipo e volume de serviços efetivamente disponíveis e ofertados à população.
- b) Contribuir com as áreas de gestão e de proteção social básica e especial, na elaboração de planos e diagnósticos, tais como, planos para enfrentamento do trabalho infantil e da exploração sexual de crianças e adolescentes, bem como na elaboração dos diagnósticos circunscritos aos territórios de abrangência de cada CRAS.
- c) Colaborar com a gestão no planejamento das atividades pertinentes ao cadastramento e atualização cadastral do CadÚnico em âmbito municipal.

- d) Utilizar a base de dados do Cadastro Único de Programas Sociais – CadÚnico – como ferramenta para construção de mapas de vulnerabilidade social dos territórios, para traçar o perfil de populações vulneráveis e para estimar a demanda potencial dos serviços de Proteção Social Básica e sua distribuição no território.
- e) Fornecer sistematicamente às unidades da rede socioassistencial, especialmente aos CRAS e CREAS, informações e indicadores territorializados – produzidos a partir de dados do CadÚnico e de outras fontes – objetivando auxiliar as ações de busca ativa e subsidiar as atividades de planejamento e avaliação dos próprios serviços.
- f) Utilizar os cadastros, bases de dados e sistemas de informações e dos programas de transferência de renda e dos benefícios assistenciais como instrumentos permanentes de identificação das famílias que apresentam características de potenciais demandantes dos distintos serviços socioassistenciais e, com base em tais informações, planejar, orientar e coordenar ações de busca ativa a serem executadas pelas equipes dos CRAS e CREAS.
- g) Fornecer sistematicamente aos CRAS e CREAS listagens territorializadas das famílias em descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família com bloqueio ou suspensão do benefício, e monitorar a realização da busca ativa destas famílias pelas referidas unidades.
- h) Organizar, normatizar e gerir, no âmbito da Política de Assistência Social, o sistema de notificações para eventos de violação de direitos, estabelecendo instrumentos e fluxos necessários à sua implementação e funcionamento. Tal sistema deve contemplar, no mínimo, o registro e notificação de violações de direitos que envolvam eventos de violência intrafamiliar, de abuso ou exploração sexual de crianças e adolescentes e de trabalho infantil.
- i) Orientar quanto aos procedimentos de registro das informações referentes aos atendimentos realizados pelas unidades da rede socioassistencial, zelando pela padronização e qualidade dos mesmos, uma vez que tais informações são de fundamental relevância para a caracterização da oferta de serviços e para a notificação dos eventos de violação de direitos.
- j) Reordenar e acompanhar a alimentação dos sistemas de informação que provêm dados sobre a rede socioassistencial e sobre os atendimentos por ela realizados, mantendo permanente diálogo com as áreas de Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial, que são diretamente responsáveis pela provisão dos dados necessários à alimentação dos sistemas específicos ao seu âmbito de atuação.
- k) Realizar a gestão do cadastro de unidades da rede socioassistencial pública no CadSUAS.
- l) Realizar a gestão do cadastro de unidades da rede socioassistencial privada no CadSUAS, quando não houver na estrutura do órgão gestor, área administrativa específica responsável pela relação com a rede socioassistencial privada.
- m) Responsabilizar-se pela gestão e alimentação de outros sistemas de informação que provêm dados sobre a rede socioassistencial e sobre os atendimentos por ela realizados, quando estes não forem específicos de um programa, serviço ou benefício.
- n) analisar periodicamente os dados dos sistemas de informação anteriormente referidos, utilizando-os como base para produção de estudos e de indicadores.
- o) Coordenar, em âmbito nacional, estadual e municipal, o processo de realização anual do Censo SUAS, zelando pela qualidade das informações coletadas.
- p) Estabelecer, com base nas normativas existentes e no diálogo com as demais áreas técnicas, padrões de referência para avaliação da qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial e monitorá-los por meio de indicadores.
- q) coordenar em nível municipal e do DF, de forma articulada com as áreas de Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial da Secretaria, as

atividades de monitoramento da rede socioassistencial pública e privada, de forma a avaliar periodicamente a observância dos padrões de referência relativos à qualidade dos serviços ofertados.

r) Estabelecer articulações intersetoriais de forma a ampliar o conhecimento sobre os riscos e vulnerabilidades que afetam as famílias e indivíduos num dado território, colaborando para o aprimoramento das intervenções realizadas. (Disponível em [www.mds.gov.br › cnas › oficinas › 07_luis-otavio.pdf](http://www.mds.gov.br/cnas/oficinas/07_luis-otavio.pdf) › download, acesso em 25 de Outubro de 2019.)

Para a análise da realidade deve-se tratar não apenas pelos dados numéricos, mas também pelo que pensam e propõem os sujeitos fundamentais que vivem neste território. Diante disso não se pode restringir a coleta de informações apenas a estudos estatísticos. O depoimento de usuários e da população tende a revelar outras faces dos problemas e atendimentos oferecidos.

Neste sentido, conclui-se que a Vigilância Socioassistencial contribui efetivamente para a qualificação dos serviços socioassistenciais por meio de um conjunto elaborado de atividades. No âmbito da rede socioassistencial, as análises dos dados produzidos, ainda precisam de metodologias que incorporem as leituras realizadas a partir das vulnerabilidades desses territórios ao cotidiano da intervenção dos serviços.

2.5 O PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

A Vigilância Socioassistencial é um elemento chave da necessária articulação entre a leitura territorial e as funções protetivas previstas na operação da Política de Assistência Social.

A implantação e estruturação da Vigilância Socioassistencial foi bastante complexa para a gestão, pois exigiu investimentos em recursos humanos e equipamentos. Os profissionais da área têm, entre suas demandas, o assessoramento das equipes dos serviços, tendo como foco a introdução de rotinas para levantamento diário de informações, com vistas a manter a regularidade e a qualidade das informações prestadas. Esse processo também exige o desenvolvimento de ações que objetivem a discussão permanente quanto às concepções e às orientações da política em termos conceituais e metodológicos.

Com relação à atuação do assistente social é importante salientar que a escuta e a atenção se tornam processos vitais para a produção do conhecimento necessários sobre o acompanhamento das demandas e a avaliação dos processos operados pela

Assistência Social. Como ressalta Marilda Iamamoto: “O conhecimento não é só um verniz que se sobrepõe superficialmente à prática profissional, podendo ser dispensado, mas é um meio pelo qual é possível decifrar a realidade e clarear a condução do trabalho a ser realizado” (2001, p. 63).

O setor da Vigilância precisa ser constituído por uma equipe técnica multiprofissional e deve correlacionar-se, com as equipes responsáveis pelas atividades de monitoramento, avaliação e gestão de sistemas. O assistente social que atua no setor da vigilância socioassistencial, deve realizar constantes estudos territorializados sobre as diversas situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social vividas pelas famílias e/ou indivíduos (crianças, adolescentes, idosos, jovens, adultos) detectando as demandas de proteção social básica e especial de assistência social.

A vigilância socioassistencial é assumida como função preventiva e antecipadora da ocorrência de riscos e vulnerabilidades sociais, pela produção de estudos, pesquisas, diagnósticos sociais, indicadores e índices para identificar situações de exclusão social e, como decorrência, produzir sistemas de informações, mapeados e subsídios para orientar o planejamento da ação. (V CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL apud GONÇALVES et al, 2007, p. 6)

O profissional deve orientar os gestores e demais profissionais da política nas ações de planejamento, tomada de decisões, ampliação e qualificação da rede prestadora de serviços assistenciais e nas ações de prevenção de riscos e vulnerabilidades sociais presentes nos territórios e vivenciados por famílias e indivíduos.

Para consolidação da Vigilância Socioassistencial no cotidiano da operação, é necessária a construção de relações de equilíbrio entre a coleta de informações e o atendimento; e criar condições para que as equipes possam sistematizar, consultar e analisar informações.

Após a fase do levantamento das informações, a etapa de processamento exige outro desafio, que é o conhecimento de linguagens computadorizadas para tratamento das informações. Vale ressaltar que ainda não são todos os municípios que possuem um sistema específico para o monitoramento mensal da rede, o que acaba dificultando o processo de trabalho do profissional.

A busca por um modelo de centralização das informações [no âmbito do governo federal] vem do fato de que, à medida que se desenvolvem sistemas de informações operacionais e gerenciais, reunir informações a partir de tais sistemas ponto a ponto é uma tarefa praticamente impossível. O volume de dados chega a uma ordem de grandeza de terabytes (10¹²). Tal escala e a complexidade dos sistemas pode tornar inviável o tempo necessário para

armazenar e manter os dados. Isto requer novos métodos de armazenamento, estruturação e novas tecnologias para a geração e recuperação dessas informações”. (Cf. RODRIGUES, R. W. da S. Centralização e Distribuição de Dados e Informação no Campo das Políticas Sociais: a experiência do MDS. In: TAPAJÓS, L. M.; RODRIGUES, R. W. da S (Orgs.). Rede SUAS: gestão e sistema de informação para o Sistema Único de Assistência Social. 3. ed. Brasília: SNAS, 2007. p. 44).

O Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) monitora os dados através do Registro Mensal de Atendimentos (RMA), porém, o conjunto de informações coletadas não é suficiente para as demandas municipais. Foram criados então bancos específicos para ampliar as informações coletadas, permitindo-se assim trabalhar com séries históricas de dados desde 2011, o que facilitou a organização das informações conforme as demandas municipais.

Porém, mesmo com a disponibilização dos bancos de dados da RMA, Censo SUAS¹ e Cadastro Único, os municípios ainda não possuem recursos para o desenvolvimento de softwares de monitoramento, integração e análise de dados, uma das alternativas então é comprar os ofertados no mercado, os quais tem pouca ou nenhuma resolução para as demandas em questão.

Iniciativas como o Censo SUAS e a implantação do Registro Mensal de Atendimentos – RMA – têm contribuído para o monitoramento e ajudado a definir e compartilhar conceitos e entendimentos essenciais e para viabilizar a padronização de informações básicas relativas aos serviços socioassistenciais em todo o país. (BRASIL, 2014, p.15).

É importante salientar que a oferta de um software centralizado, contribuiria de forma significativa para qualificar e impulsionar as gestões municipais a implantarem equipes de Vigilância Socioassistencial.

Portanto, diante dos fatos mencionados é possível concluir que a vigilância possui como um de seus principais eixos a produção de conhecimento sobre os usuários da assistência social e os serviços prestados por essa política. A tecnologia é um instrumento de extrema importância para a operacionalização e análises das informações, através de relatórios, planos, índices, mapas temáticos², indicadores,

¹ O CENSO SUAS é o principal instrumento da vigilância no que diz respeito aos padrões de serviços ofertados pelo SUAS. Atende, primordialmente, a atividades de monitoramento e avaliação, e também pode ser utilizado para auxiliar nas ações voltadas para a organização, estruturação e padronização da informação e diagnósticos assistenciais.

² Os mapas temáticos são representações gráficas da superfície terrestre ilustradas de acordo com algum critério preestabelecido. Para designar os diferentes aspectos do espaço geográfico, utilizam-se as legendas e os símbolos a elas correspondentes para espacializar determinados fenômenos. É possível a construção de mapas temáticos de indicadores relacionados à condição de vulnerabilidade social em nível intramunicipal para todos os municípios brasileiros, bem como mapas também da

sistemas informatizados e determinadas ações direcionadas. É um processo sistemático e complexo visto que envolve toda uma cadeia de atuação, desde gestores, profissionais que atuam na política em questão e até mesmo a família e/ou indivíduo beneficiário dos serviços, programas e projetos assistenciais.

3 VULNERABILIDADES SOCIAIS EM DESTAQUE: PESQUISA COM OS BENEFICIÁRIOS DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA

Nesse capítulo será abordado o programa BPC na escola que versará sobre seu funcionamento e suas particularidades no Município de Caçador/SC. A definição da Seguridade Social como conceito organizador da proteção social brasileira foi uma das mais relevantes inovações da Constituição Federal de 1988, através desta ampliou a cobertura do sistema previdenciário e flexibilizou o acesso aos benefícios para os trabalhadores rurais, reconheceu a Assistência Social como política pública não contributiva, que será aprofundado nesse capítulo.

3.1 PROTEÇÃO SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL

A seguridade social é um direito garantido através da Constituição Federal de 1988, sendo regulamentado como: “um conjunto de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”, de acordo com o artigo 194 da Constituição Federal.

O termo Seguridade Social é um conceito estruturante das políticas sociais cuja principal característica é de expressar o esforço de garantia universal da prestação de benefícios e serviços de proteção social pelo Estado. Neste sentido, sua base de financiamento é bem mais ampla que a do seguro social, conceito que orientou a política previdenciária brasileira desde os anos de 1920, organizada sob inspiração do modelo alemão, criado por Bismark na segunda metade do século XIX. É sabido que a expressão Seguridade Social tem origem anglo-saxônica, tendo por referência certas políticas do início do século XX [aparecendo] pela primeira vez no documento de lançamento do Social security act, que instituiu a Previdência Social americana, em 1935 (DELGADO, JACCOUD e NOGUEIRA, s.d., p. 21).

A seguridade social é concebida como um direito de todos e um dever do Estado, necessária para a garantia de proteção quando o indivíduo não possuir meios de suprir suas necessidades sociais básicas.

Para Augusto Massayki Tsutiya a criação da seguridade social surgiu com a “preocupação social de cuidar das pessoas carentes e necessitadas”.

O primeiro sistema de proteção conhecido foi o assistencialismo, que já existia na Antiguidade. Desde o Código de Hamurabi (Babilônia), do Código de Manu (Índia) e da Lei das Doze Tábuas passando pela era contemporânea, por meio das famosas Poor Laws, inspiradas nas reflexões de Thomas More, na Inglaterra, em 1601. No Brasil, tal sistema foi implantado

com a assistência médica, prestada pelas Santas Casas de Misericórdia³, sendo pioneira a de Santos. Como o próprio nome sugere, tal proteção dependia de caridade. Não se exigia contribuição do beneficiado. O segundo sistema de proteção social conhecido foi o mutualismo. (TSUTIYA, 2013, p. 95-96)

Na lógica antagônica⁴ do capital os indivíduos considerados improdutivos é que acrescentam suas necessidades no âmbito da proteção social, ou seja, é considerada como expressão de dependência, atribuindo as ações como uma manifestação de assistencialismo. Em contrapartida a liberdade e autonomia devem ser exercidas pelo indivíduo segundo os valores da sociedade do capital. Nesse sentido a proteção social é estigmatizada no conjunto da ação estatal, ou seja, para todos os indivíduos até mesmo para os que trabalham.

A expressão seguridade social mostra uma concepção de provisão para o futuro. Nesse sentido, explica Martins:

A ideia essencial da Seguridade Social é dar aos indivíduos e a suas famílias tranquilidade no sentido de que, na ocorrência de uma contingência (invalidez, morte etc), a qualidade de vida não seja significativamente diminuída, proporcionando meios para a manutenção das necessidades básicas dessas pessoas. Logo, a Seguridade Social deve garantir os meios de subsistência básicos do indivíduo, não só, mas principalmente para o futuro (2006, p. 19).

O art. 194 da Constituição Federal elenca quais são os elementos que fazem parte da seguridade social, são eles: “a saúde, a previdência e a assistência social. E sendo assim todos esses direitos são espécies da seguridade social”. Os objetivos desse direito são de acordo com os incisos do art. 194:

- I – a universalidade da cobertura e do atendimento;
- II – a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços à populações urbanas e rurais;
- III – seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- IV – Irredutibilidade do valor dos benefícios;
- V – equidade na forma de participação no custeio;
- VI – diversidade da base de financiamento;
- VII – o caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

³ As Santas Casas de Misericórdia brasileiras foram instituídas conforme o modelo hospitalar de Portugal e foram dirigidas pelos jesuítas no período colonial, pois eram poucos os médicos diplomados em Coimbra ou Salamanca que se aventuravam em vir para o Brasil. As Santas Casas se multiplicaram em algumas cidades, atendendo de forma leiga, com poucos recursos técnicos e monetários aos doentes que a procuravam (MIOTO, 2004).

⁴ Antagonismo são conceitos ou opiniões contrárias sobre um mesmo tema, um mesmo argumento, ou seja, no parágrafo em questão estão sendo expostas duas ideias contrárias sobre o mesmo assunto.

A discussão sobre a relação entre trabalho, assistência social e previdência, se faz necessária para compreender se o padrão de seguridade social instituído no Brasil é (ou não) capaz de impor limites à desigualdade social no capitalismo. Por outro lado reconhecer a assistência social como um direito inserido na seguridade social, não significa acreditar que essa política é a referência para assegurar o bem estar, tampouco satisfazer as necessidades sociais existentes no capitalismo.

A seguridade social garante também direitos derivados do trabalho, como aposentadorias, seguro desemprego, pensões e seguro saúde, mas também instituiu diversos benefícios assistenciais, com o objetivo de reduzir as desigualdades.

No âmbito da proteção social, a pauta constitucional está voltada para a universalização, tratando-se de uma proteção universal (saúde), compensatória (assistência) e obrigacional (previdência).

Em relação ao piso de proteção social recomenda que se constitua:

O conceito “pisos de proteção social”, no plural, refere-se às adaptações da abordagem global às circunstâncias específicas de cada país. Certamente, este enfoque não deve ser considerado como uma solução mágica para os problemas sociais do mundo. Porém um vasto leque de experiências internacionais indica que os países podem progredir mais rapidamente na redução da pobreza e da exclusão social se tais questões forem abordadas de forma coerente e consistente, começando pela extensão horizontal do acesso aos serviços sociais básicos e à segurança de renda. A noção de Piso de Proteção Social está ancorada no princípio fundamental de justiça social e no direito universal de todos à seguridade social e a um padrão de vida digno. As disposições estabelecidas no marco conceitual do Piso referem-se a uma série de direitos constantes na Declaração Universal de Direitos Humanos. A ideia principal é que nenhum cidadão deve viver abaixo de um determinado nível de renda e que ao menos o acesso aos serviços sociais básicos deve ser universal. O Piso de Proteção Social está fortemente ligado à Agenda do Trabalho Decente. Para se ter sucesso na luta contra a pobreza, a privação e as desigualdades, não se pode atuar de forma isolada. Com o objetivo de obter uma redução eficaz da pobreza, suas estratégias devem ser acompanhadas por medidas tais como o reforço das instituições sociais e laborais e a promoção de ambientes macroeconômicos favoráveis ao emprego. (Previdência, sob os auspícios da OIT, 2011, p. xxv).

Nesse sentido, os Pisos de Proteção Social devem garantir:

Segurança de renda básica, sob a forma de transferências sociais variadas (monetárias ou em espécie), tais como pensões para idosos e pessoas com deficiência, benefícios para crianças, apoios à renda e/ou garantias de emprego e serviços para os desempregados e trabalhadores de baixa renda. Acesso universal a serviços sociais essenciais nas áreas da saúde, água e saneamento, educação, segurança alimentar, habitação e outras definidas de acordo com as prioridades nacionais. (Previdência, sob os auspícios da OIT, 2011, p. xxv).

Segundo a PNAS (2004), a proteção social deve garantir seguranças de sobrevivência (de rendimento e de autonomia), de acolhida e de convívio ou vivência

familiar. Já a NOB/SUAS (2012), reafirma essas garantias contidas na proteção social da assistência social: a segurança da acolhida; a segurança social de renda; a segurança do convívio ou convivência familiar, comunitária e social; a segurança de desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social, segurança de sobrevivência a riscos circunstanciais.

Portanto, a seguridade social envolve um conjunto de ações dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar o direito à saúde, à previdência social e à assistência social. É uma política de grande relevância no Brasil, porém encontra-se ainda de certa forma defasada, não suprimindo na prática todas as demandas existentes na sociedade.

3.2 PROGRAMA BPC NA ESCOLA

O BPC é um benefício previsto na Constituição Federal, vinculado ao direito à assistência social, sendo destinado às pessoas com deficiências ou idosos que não possuam, ou sua família, meios para prover o sustento.

Significa dizer que o Estado se responsabilizou pela proteção social da pessoa com deficiência e idosos impossibilitados de prover a sua própria manutenção ou da família prover, direito esse desvinculado da obrigatoriedade da contribuição com a previdência social, para se ter direito ao benefício.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um direito assistencial garantido pela Constituição Federal de 1988 a idosos com 65 anos ou mais de idade e a pessoas com deficiência cuja renda familiar seja de até 1/4 do salário mínimo. Com valor de um salário mínimo, em 2015 alcançou cerca de 4 milhões de pessoas. Sua implementação envolve organizações de três setores sociais: previdência social, assistência social e saúde (LOBATO e VAITSMAN, 2017, p. 2).

A década de 1990 no Brasil, influenciada pela implantação do neoliberalismo, refletiu na retração do Estado frente às políticas públicas garantidas pela recente Constituição Federal. Ocorre a contrarreforma do Estado para fragmentar as políticas sociais e diminuir o investimento público nessas áreas.

Em meados da década de 1990, sob a influência do ideário neoliberal, as retrações em relação ao que foi garantido para a Seguridade Social e para as outras políticas já têm início. Assim, apesar do reconhecimento legal, o processo de transformação das prerrogativas constitucionais em direitos não aconteceu conforme prescrito. As políticas públicas foram diretamente atingidas pela contrarreforma do Estado, que restringem direitos com o argumento de redução de custos, privilegiando o privado em detrimento do

público e deixando explícita a indicação de ausência da democratização da gestão da Seguridade Social (STOPA, 2019, p. 3).

Com relação ao BPC ele é regulamentado primeiramente através da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), datada de 7 de dezembro de 1993, Lei nº 8.742, que o estabelece em seu artigo 20.

Salienta-se que no processo histórico de implantação foram previstos critérios perversos para o acesso ao benefício: idade de setenta anos ou mais para o idoso, a condição de incapacidade para a vida independente e para o trabalho para a pessoa com deficiência, com critérios para delimitar ao máximo o alcance do BPC (STOPA, 2019).

O neoliberalismo quer a diminuição das funções estatais que priorizem os direitos sociais. Busca uma quebra de barreira de mercadorias e a configuração do fluxo de mercadorias para a integração mundial.

A proposta neoliberal para combater a crise era simples: a manutenção de um Estado forte o suficiente para romper o poder dos sindicatos e manter o controle monetário, mas diminuto nos gastos sociais e nas intervenções na economia. Além disso, propunha o abandono da meta do pleno emprego, para a criação de um exército de reserva de trabalhadores e reformas fiscais para incentivar os agentes econômicos (ou seja, reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas) (ANDERSON, 1998 apud MATOS, 2008, p. 3-4).

É caracterizado pela privatização e terceirização dos serviços, desregulamentação dos direitos trabalhistas, a minimização dos direitos trabalhistas, a não intervenção do Estado na economia.

Através dos movimentos reivindicatórios a população conseguiu garantir direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988, regulamentado através de leis específicas que sustentam a garantia de direito do cidadão brasileiro, tais como o BPC.

Esse benefício até hoje contém critérios minuciosos para sua concessão, tais como a renda familiar mensal per capita que deve ser inferior a 1/4 do salário mínimo, com revisão prevista a cada dois anos, e também são requisitos para a sua concessão, manutenção e revisão do benefício e a obrigatoriedade de cadastramento no Cadastro Único.

Para as pessoas com deficiência o acesso ao BPC é bastante contraditório e complexo, pois a pessoa em alguns casos não possui autonomia, estando diante de grandes restrições. Para além dos constrangimentos individuais, a experiência da

deficiência é uma experiência familiar, pois impõe a necessidade de reorganizar os arranjos familiares para atender às demandas de cuidados do beneficiário. (JACCOUD, MESQUITA e PAIVA, 2017).

É certo que ter uma deficiência não significa, necessariamente, ser dependente. Contudo, em inúmeros graus de deficiência e nas situações de vulnerabilidade, risco social e de violação de direitos a que estão expostas as pessoas com deficiência quando em interação com as barreiras, as tornam dependentes de cuidados de terceiros (CRUZ, 2011, p. 49).

Fato que torna as famílias frágeis economicamente, já que normalmente um responsável deve abster-se do trabalho assalariado, inserido no contexto do mercado de trabalho, e isso afeta no rendimento familiar. Inclui-se aí a obtenção de gastos com medicamentos, transporte e tratamento da pessoa com deficiência quando o Estado não dispõe, o que se tem são o empobrecimento e o agravamento das vulnerabilidades sociais das famílias com beneficiários BPC. Nesse sentido, se faz urgente:

A discussão sobre o valor do BPC, portanto, não pode desconsiderar a situação peculiar de vulnerabilidade das famílias com PcD e/ou idosos, cujos rendimentos, já mínimos, são afetados tanto pela ampliação de gastos como pela menor capacidade de obter renda no mercado de trabalho (JACCOUD, MESQUITA e PAIVA, 2017, p. 4).

O valor do benefício normalmente é a maior fonte de renda das famílias beneficiárias do BPC e de fato se constitui na forma de proteção social ao idoso e a pessoa com deficiência e às suas famílias. A partir do benefício se gera uma condição financeira para as famílias e enquanto direito social mantém a sua vinculação operacional centralizada no executivo federal, com o objetivo de ampliar a proteção social dos beneficiários e, portanto, a garantia do BPC não deve significar seletividade para acesso às demais políticas públicas de direito.

Ser beneficiário do BPC não impede o acesso a outros direitos, notadamente os de acesso universal, como educação, saúde e assistência social. Ressalte-se que o pagamento deste benefício é o reconhecimento, pelo estado brasileiro, da necessidade de proteção social às pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade, risco e ou violação de direitos, considerando a deficiência, os agravos pela convivência com a pobreza, a necessidade de acessibilidade para a convivência familiar, comunitária e social, além de cuidados pessoais nas situações de dependência. O BPC, portanto, visa garantir renda e ampliar condições de acesso a bens e serviços, em comum com os demais cidadãos, dentro do princípio da igualdade de oportunidade (MDS, 2016, p. 7).

Nesse contexto se insere o Programa BPC na Escola que foi criado, por meio da Portaria Interministerial nº 18, de 24 de abril de 2007 e se constitui em um programa intersetorial que tem por finalidade a garantia, acesso e a permanência de crianças e

adolescentes com deficiência na escola, de 0 a 18 anos, bem como a garantia do acesso à inclusão social e comunitária.

Nessa perspectiva, a realização da pesquisa, que se apresenta neste TCC, buscou identificar as situações de vulnerabilidades vivenciadas pelos beneficiários de BPC na Escola e seus familiares.

Diante dessa problemática, foi desenvolvida uma pesquisa por esta acadêmica do curso de Serviço Social da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação do município de Caçador, tendo por público os beneficiários do BPC de 0 a 18 anos.

A pesquisa realizada é de natureza qualitativa, caracterizando-se por ser uma descoberta de novas informações e interpretações da realidade contraditória, delineando a trajetória de pesquisa para ampliar e verificar a realidade de conhecimentos.

Segundo Godoy (1995, p. 62) “a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental”. Na medida em que se detectam conflitos e contradições na realidade social, exige-se do pesquisador uma análise da totalidade, uma postura ética, profissional e crítica, conseguindo entender a contradição do sistema.

A pesquisa de campo segue a coleta das informações realizada diretamente pelos pesquisadores junto às casas dos beneficiários. O instrumento de coleta de dados se constitui em questionário formado por um conjunto de perguntas, que teve por objetivo atingir o maior número de pessoas possível, traduzindo os objetivos da pesquisa, com perguntas claras e objetivas.

Com relação aos sujeitos de pesquisa, foram os beneficiários do BPC, especificamente crianças e adolescentes. Destaca-se que o município de Caçador possui um total de 1.427 beneficiários ativos recebendo o BPC. Destes 1.141 são pessoas com deficiência e 286 são idosos.

3.3 A PESQUISA DE CAMPO E SUA METODOLOGIA

A presente pesquisa surgiu com a necessidade da elaboração de um projeto de pesquisa da UNIARP em conjunto com a Secretaria de Assistência Social e Habitação, contou também com a constante busca de conhecimentos no meio

acadêmico, através de uma postura ética, crítica e investigativa, para assim entender a contradição do sistema.

Para a consecução dos objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa de campo, por meio da aplicação de um questionário⁵ contendo aproximadamente 14 (quatorze) perguntas abertas e fechadas.

Duarte (2002) escreve que uma pesquisa de campo é uma busca feita por um pesquisador, cujo olhar dirige-se para locais já conhecidos por muitos, mas, sempre, com uma maneira diferente de olhar e de pensar determinada realidade a partir da experiência e da apropriação do conhecimento, que são muito pessoais. (CHIAPETTI, Rita Jaqueline Nogueira. Pesquisa de campo qualitativa: uma vivência em geografia humanista. Disponível Em:< <https://portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/viewFile/4834/3583>> Acesso Em: 02 de Novembro de 2017).

O principal objetivo dessa pesquisa de campo foi buscar respostas, observar os fatos como eles ocorrem, coletar dados, estabelecer relações sobre determinadas situações no próprio local, para responder questões referentes à pesquisa.

A pesquisa realizada foi de natureza qualitativa, se caracterizou por ter sido uma descoberta de novas informações e interpretações da realidade contraditória.

Segundo Godoy, Arilda S. (1995, p. 62) “A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental”.

O público alvo da pesquisa foram os beneficiários do BPC na escola de 0 a 18, onde o principal objetivo foi observar as vulnerabilidades sociais existentes nas famílias. Elencar também as maiores dificuldades encontradas pelos beneficiários, seja elas no acesso a algum serviço ou até mesmo de interação social.

O método utilizado nesta perspectiva foi o crítico dialético. O método dialético de Marx consiste em investigação e exposição, que tem como sujeito o próprio real, conhecer o objeto da pesquisa livre pré-conceitos já formados sobre uma realidade, para desenvolver a construção crítica, requer um aprofundamento na pesquisa.

Neste sentido, o método dialético de Marx não é um instrumento, uma técnica de intervenção externa do pensamento ao objeto, como que um caminho pelo qual o pensamento manipula, a partir de hipóteses exteriores, o objeto. O pensamento tem, na verdade, que se livrar de opiniões pré-concebidas, de conceitos externos ao objeto, de hipóteses que pairam acima dele, para nele mergulhar e penetrá-lo, considerando apenas o seu movimento, para trazer à consciência este trabalho da própria lógica específica do objeto específico. (Chagas, Eduardo F. O MÉTODO DIALÉTICO DE MARX: INVESTIGAÇÃO E EXPOSIÇÃO CRÍTICA DO OBJETO. Disponível Em:<

⁵ Tecnicamente, questionário é uma técnica de investigação composta por um número grande ou pequeno de questões apresentadas por escrito que tem por objetivo propiciar determinado conhecimento ao pesquisador.

https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/6520_Chagas_Eduardo.pdf> Acesso Em: 02 de Novembro de 2019).

Inicialmente a pesquisa contou com uma lista de 249 (duzentos e quarenta e nove) beneficiários de 0 a 18 anos, a mesma foi cedida pelo Município de Caçador/SC. Porém os questionários aplicados totalizaram 145 (cento e quarenta e cinco) de fato preenchidos, gerando uma diferença de 90 (noventa) beneficiários, dentre eles, maiores de 18 anos, falecidos, reclusos, Cadastro Único em outros municípios, entre outros.

Diante do exposto pode-se concluir que a pesquisa realizada foi de extrema relevância e contribuiu significativamente com o processo de formação acadêmico profissional, bem como para o Município, o qual já teria que desenvolver esse acompanhamento com os beneficiários do BPC na Escola.

3.4 EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL EXISTENTES NA PESQUISA DE CAMPO

As expressões da “questão social” assim definida no primeiro capítulo, expressa a contradição do modo de produção capitalista, fundada na produção e na apropriação da riqueza gerada socialmente. Os trabalhadores produzem a riqueza, os capitalistas se apropriam dela.

No campo profissional é essencial que o assistente social reconheça as singularidades dos sujeitos com quais trabalha, suas histórias de vida, e suas experiências sociais, pois isso é condição para o compromisso real com a efetivação dos direitos humanos e sociais.

O conhecimento das condições de vida dos sujeitos permite ao assistente social dispor de um conjunto de informações que, iluminadas por uma perspectiva teórica crítica, possibilitam apreender e revelar as novas faces e os novos meandros da questão social, que desafia a cada momento o desempenho profissional: a falta de atendimento às suas necessidades na esfera da saúde, da habitação, da assistência; nas precárias condições de vida das famílias; na situação das crianças de rua; no trabalho infantil; na violência doméstica, entre inúmeros outros exemplos (SALES, MATOS, LEAL, 2009, p. 272).

Já na pesquisa de campo, não se pode saber a história completa da família, porém com a aplicação de um questionário bem elaborado, algumas vulnerabilidades sociais existentes nas famílias dos beneficiários são visíveis, como é o caso do desemprego, evasão escolar, família monoparental, exclusão social, pobreza, entre outros.

A questão da pobreza em linhas gerais é considerada a face mais cruel das vulnerabilidades. Essa situação em que se encontra a família atinge todos os seus membros de forma rigorosa, propicia a ida de crianças para a rua, a fim de ajudar no orçamento familiar, na maioria das vezes gera o abandono da escola, afetando o seu desenvolvimento, favorece também o enfraquecimento das relações, quais sejam, afetivas, sociais, econômicas e/ou culturais.

A comparação internacional entre o grau de desigualdade de renda no Brasil e o observado em outros países comprova não só que a desigualdade brasileira é das mais elevadas em todo o mundo, mas contribui também para entender como um país com renda per capita relativamente elevada pôde manter, nos últimos 20 anos, em média, cerca de 40% da sua população abaixo da linha de pobreza (FARIA, 2000, p. 21).

Em muitas famílias dos beneficiários que foram realizadas visitas e aplicados os questionários, pode-se perceber claramente alguns enfraquecimentos de vínculos devido à situação de pobreza em que a família se encontrava. Na teoria seria obrigação do Estado o cumprimento da legislação de proteção social, porém na prática é totalmente diferente, sem falar na ausência de políticas públicas de apoio, remete muitas famílias à condição de vulnerabilidade, às quais nem sempre conseguem cumprir sua função provedora e protetora, acarretando muitas vezes na perda da convivência familiar.

Afirmamos que a pobreza, como fenômeno humano, resulta diretamente das decisões políticas. Porém, as decisões políticas são tomadas a partir da racionalidade do capital, já que na sociedade moderna as necessidades humanas estão subordinadas a lógica econômica da rentabilidade do capital. Desta forma, é o homem que serve à produção, realizada somente na medida em que recria o capital em escala ampliada (COSTA, 2005, p. 172 e 173).

Nesse contexto fica visível a percepção de que a pobreza é o ponto de partida para outras expressões da “questão social”, e na pesquisa em questão as famílias já se encontram em uma situação de vulnerabilidade, uma vez que em sua composição familiar possui uma pessoa com deficiência e a renda da família para nos índices de pobreza, por isso possuem o direito ao BPC. Vale ressaltar que o beneficiário não deve ser visto como um problema e sim como uma pessoa com algumas limitações.

A pobreza também está diretamente ligada a outra expressão da “questão social”, o desemprego que se encontra latente em muitas famílias no Brasil. No País, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios ⁶(PNAD), estima-se que

⁶ A PNAD é uma pesquisa realizada pelo IBGE, em todas as regiões do país, que, por ter propósitos múltiplos, investiga diversas características socioeconômicas da sociedade, como

atualmente 4,7 milhões de pessoas estão desempregadas, visto que em tempos de crise econômica como é o caso, esse problema geralmente aumenta significativamente.

[...] se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista e, ao mesmo tempo, condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população (MARX, 2001, p. 735).

Para Marx o exército industrial de reserva assim chamado, sempre irá existir, pois é justamente essa a intenção do sistema de produção capitalista, já que dessa forma é mais fácil para os burgueses manipular os valores a serem pagos, ou seja, a disputa por emprego gera a queda dos salários.

Outra vulnerabilidade bem presente é a família monoparental, formada por apenas um dos genitores e/ou seu(s) filho(s). O genitor da família monoparental enfrenta jornadas árduas de trabalho extra e intrafamiliar, já que labora durante o dia de trabalho e depois volta a trabalhar dentro da própria casa, além da função de educar e cuidar dos filhos (BRITO, 2008) que fica limitada devido ao tempo comprometido com todas as funções que são de sua responsabilidade.

A família é o espaço onde se ouvem as primeiras falas, as aquisições de linguagens, com as quais se constrói não só uma autoimagem, mas a imagem do mundo exterior, o seu caráter social.

É importante salientar que mesmo o número de famílias monoparentais femininas sendo consideravelmente maiores do que as formadas pelo genitor masculino, na pesquisa do BPC na Escola houve diversos casos de filhos convivendo apenas com o pai.

No caso da monoparentalidade feminina a figura materna é colocada em relevância sendo o núcleo familiar, onde a responsabilidade é integralmente sua, tendo que ficar em prol do filho não podendo muitas vezes nem trabalhar e mesmo assim tendo que arcar com todas as despesas da família.

A mãe que se vê sozinha é confrontada, na maioria dos casos, com uma queda em seu nível de vida. Então acabam aparecendo os problemas

população, educação, trabalho, rendimento, habitação, previdência social, migração, fecundidade, saúde, entre outros.

financeiros, obrigando-a a investir mais na atividade profissional. Mas diminuir o tempo dedicado aos filhos acentua as dificuldades de administrar a vida doméstica. (GARBAR; THEODORE, 2000, p. 139).

Na monoparentalidade masculina há uma grande mudança social, a qual instiga o homem a procurar meios de ampliar as interações no âmbito familiar, fazendo com que ele expanda suas atividades para além da provisão.

Diante dos fatos mencionados conclui-se que são múltiplas as expressões da “questão social” existentes na pesquisa de campo. Vale ressaltar que nesse contexto foram explanadas apenas algumas das inúmeras problemáticas, mas não se deve menosprezar as demais, pois cada uma tem sua particularidade e é uma vulnerabilidade a ser estudada e aprofundada, a fim de achar soluções.

3.5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa de campo contou com uma lista inicial de 249 (duzentos e quarenta e nove) beneficiários do BPC na escola de 0 a 18 anos, no entanto foram 145 (cento e quarenta e cinco) questionários de fato aplicados, pois a relação de nomes fornecidos pelo Município de Caçador estava desatualizada, contendo pessoas com idade superior a 18 anos, ou que estão residindo em outro território, falecidas e reclusas.

Primeiramente é de grande relevância apresentar dados nacionais relativos à temática, como por exemplo, o número de pessoas com deficiência, que em um primeiro momento segundo dados divulgados pelo IBGE, atinge cerca de 45.606.048 milhões de pessoa, o equivalente a 23,9% da população geral. Essa deficiência pode ser visual, auditiva, motora, mental ou intelectual.

Gráfico 1: Porcentagem de pessoas com deficiência no Brasil.



Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE.

É um número consideravelmente alto para a população, o que levou o IBGE seguir as recomendações internacionais da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização Mundial da Saúde (OMS) para a construção de novos indicadores.

A grande novidade foi que o número de pessoas com deficiência teve uma queda rigorosa, utilizando a mesma base de dados do Censo 2010, o IBGE aponta que a proporção das pessoas com deficiência na população é de 6,7%, bem inferior aos 23,9% anteriores.

Gráfico 2: Comparativo de pessoas com e sem deficiência no Brasil, através de orientações da ONU e OMS.



Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE.

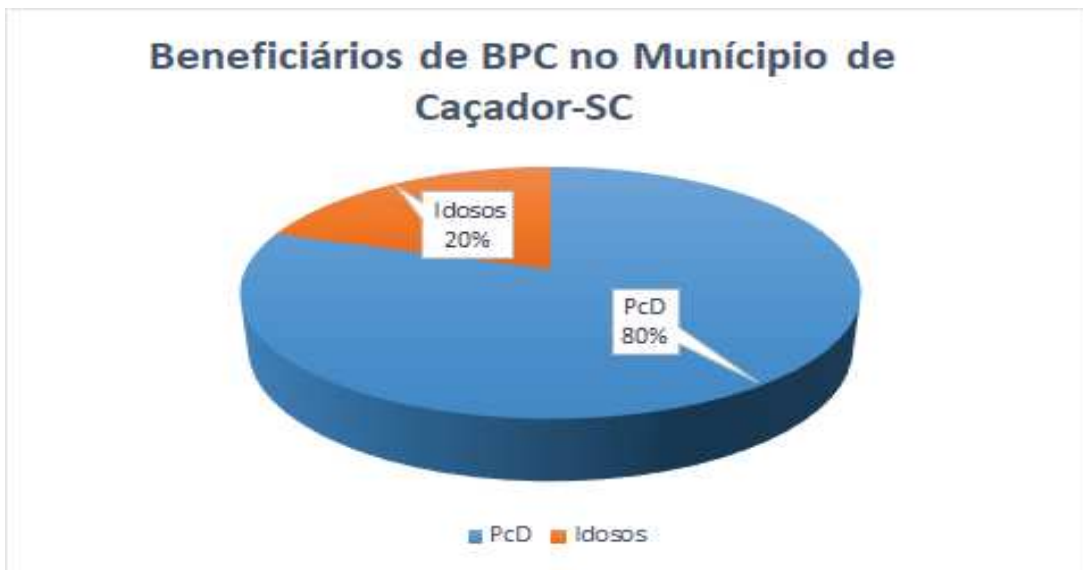
Essa mudança ocorreu porque segundo a ONU e a OMS, dentro do Censo é medido o “grau de dificuldade em domínios funcionais centrais para participação na vida em sociedade”. Na resposta às questões, o entrevistado é convidado a avaliar a dificuldade que tem em relação a enxergar, ouvir, caminhar ou subir escadas, a partir de uma escala que contém os seguintes itens: “nenhuma dificuldade”, “alguma dificuldade”, “muita dificuldade” e “não consegue de modo algum”.

Diante das recomendações o IBGE não mudou a sua forma de coletar as informações, mas sim de interpretá-las, a partir de um novo indicador, ou seja, anteriormente as pessoas que respondiam ter “algum tipo de dificuldade” eram contabilizadas como pessoas com deficiência, já na atual proposta apenas os casos de “muita dificuldade” e “não consegue de modo algum” é agrupado.

Vale ressaltar que essa nova metodologia adotada pelo IBGE privilegiou o modelo biomédico do conceito de pessoa com deficiência e deixou de lado a perspectiva social adotada no questionário do Censo.

Agora que já foram elencados pontos importantes sobre a população com deficiência no Brasil, iniciará a apresentação e análises dos dados do Município de Caçador/SC. Começando pelo demonstrativo de beneficiários de BPC.

Gráfico 3: Percentual de beneficiários de BPC idosos e pessoas com deficiência no Município de Caçador/SC.



Fonte: Vigilância Socioassistencial do município de Caçador-SC.

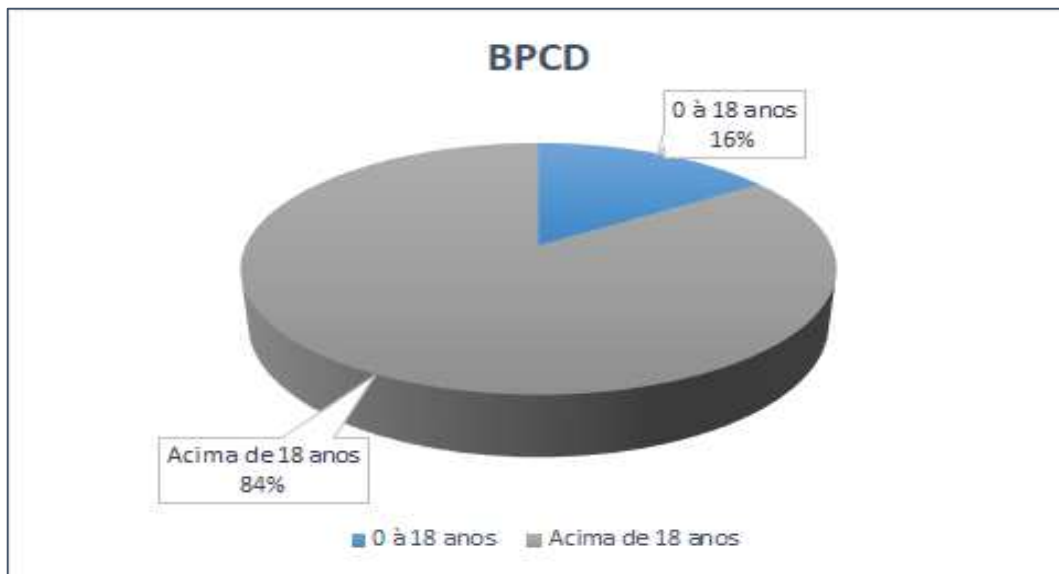
O maior índice de beneficiários no município corresponde a pessoas com deficiência que representam 80% dos beneficiários de BPC. No entanto, a pesquisa se restringiu ao público de 0 a 18 anos, público específico do Programa BPC na Escola.

De acordo com o art. 16 do Regulamento do BPC, iniciou-se um novo modelo para se realizar a avaliação de deficiência e do grau de incapacidade, não contendo apenas a avaliação médica, senão também uma avaliação social, que deve respeitar aos critérios de Classificação Internacional de Funcionalidades, Incapacidade e Saúde, denotando uma amplitude maior da real verificação das limitações sociais no exercício de atividades e na vida social, onde não seriam constatadas de modo tão pormenorizado quando só da realização da perícia médica (LIMA, 2011).

Desta maneira, fica evidente a importância do assistente social enquanto avaliador da concessão do BPC, destacando o merecido olhar social sob o benefício.

Diante disto o gráfico a seguir apresenta a comparação entre o quantitativo de beneficiários que possuem BPC com idade entre 0 a 18 anos e os demais (adultos). Observa-se que 16% dos beneficiários possuem de 0 a 18 anos. Na relação percentual o número não possui expressividade, porém o número real é expressivo, pois corresponde a 178 crianças e adolescentes com alguma deficiência.

Gráfico 4: Idade dos beneficiários de BPCD no município de Caçador/SC.



Fonte: Vigilância Socioassistencial do município de Caçador-SC

Vale ressaltar que de acordo com a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, ONU/2006, as pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual (mental), ou sensorial (visão e audição) os quais, em interação com diversas barreiras, podem impedir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

A seguir destacam-se algumas considerações importantes elencadas sobre as pessoas com deficiência a partir da pesquisa:

- A pessoa com deficiência é um cidadão com os mesmos direitos de autodeterminação e usufruto das oportunidades disponíveis na sociedade;
- Deficiência não é sinônimo de doença e, portanto, uma pessoa não pode ter sua vida prejudicada em razão de sua deficiência;
- A pessoa com deficiência possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividades;
- Pode apresentar uma ou mais deficiências, percebida ao nascimento ou adquirida ao longo da vida;
- A deficiência é um atributo do ser humano, como ser alto, baixo, gordo ou magro, sendo que as pessoas com deficiência fazem parte dessa diversidade, com os mesmos direitos e deveres dos demais cidadãos;

Existem doenças que embora não estejam enquadradas como deficiência, podem produzir direta ou indiretamente graus de limitação variados, bem como distúrbios de fala, da linguagem ou comportamentais e os transtornos orgânicos.

Depois dessas análises em nível nacional e municipal de dados no geral, começará agora a apresentação e análise da pesquisa de fato, realizada com os beneficiários de BPC na Escola de 0 a 18 anos. O quadro a seguir demonstrará os dados iniciais fornecidos pela Vigilância Socioassistencial.

Quadro 1: Beneficiários de BPC na Escola de 0 à 18 anos no Município de Caçador/SC.

Situação dos beneficiários	Quantidade
Entrevistados	145
Residindo em outro Município	88
Beneficiários não localizados	10
Beneficiário falecido	03
Beneficiário com 18 anos completos	03
Total	249

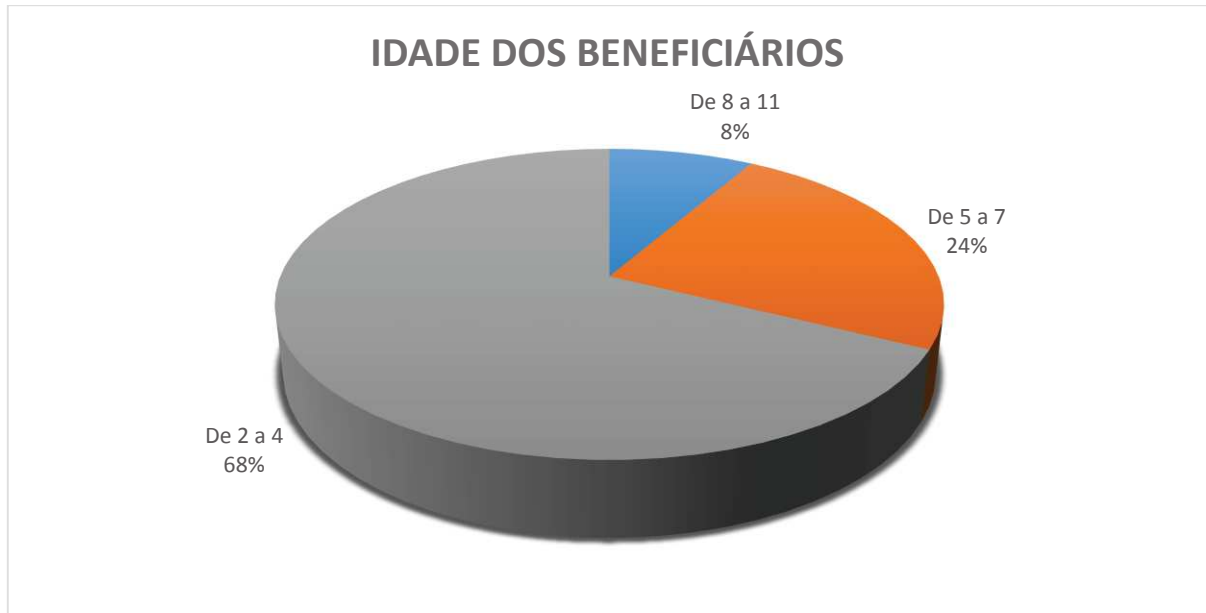
Observa-se que a lista inicial estava com os dados totalmente desatualizados. Antes da aplicação do questionário foi realizada a atualização dos beneficiários e seus respectivos endereços, através do sistema do CADÚNICO, onde se encontravam com diversas situações, como alguns residindo em outro Município, com 18 anos completos e até mesmo três beneficiários falecidos.

A pesquisa foi realizada através de questionário, o qual foi aplicado durante visita domiciliar a residência dos beneficiários.

Ao alterarem o cotidiano profissional e o cotidiano das classes sociais que demandam a sua intervenção, modificando as condições, os meios e os instrumentos existentes, e os convertendo em condições, meios e instrumentos para o alcance dos objetivos profissionais, os assistentes sociais estão dando instrumentalidade às suas ações. Na medida em que os profissionais utilizam, criam, adéquam às condições existentes, transformando-as em meios/instrumentos para a objetivação das intencionalidades, suas ações são portadores de instrumentalidade. (GUERRA, 2007: 02)

Depois dessa análise realizada através do quadro da situação dos beneficiários, será apresentado a seguir o gráfico com as idades dos beneficiários da pesquisa.

Gráfico 5: Média de idade dos beneficiários de BPC na Escola no Município de Caçador



Fonte: Dados da pesquisa.

A partir da visualização do gráfico identifica-se que o maior número de beneficiários está localizado entre a média de idade de 10 a 14 anos, atingindo a faixa de 36%, seguido de 15 a 17 anos que chegou aos 34%, ou seja, vendo pelo lado numérico fazendo a soma das duas faixas etárias maiores alcança-se mais da metade dos beneficiários 102 (cento e dois) das famílias entrevistadas.

É importante relatar que a grande maioria desses adolescentes declarou sofrer bullying na escola, como xingamentos, apelidos grosseiros, isolamento dos colegas, entre outros. Esse tipo de acontecimento já é sério quando a criança ou adolescente não tem nenhuma deficiência, porém a situação se torna ainda mais grave quando o alvo é uma criança ou adolescente com algum tipo de deficiência, pois nem sempre têm habilidade física ou emocional para lidar com as agressões.

Tais atitudes costumam ser impulsionadas pela falta de conhecimento sobre as deficiências, sejam elas físicas ou intelectuais, e, em boa parte, pelo preconceito trazido da própria família. Em alguns casos os entrevistados relataram que os próprios professores cometem bullying com o beneficiário, desde o simples fato de deixá-los excluídos em sala de aula como outros casos mais graves.

Através desse contexto, o gráfico a seguir trará o percentual dos beneficiários que já sofreram com algum tipo de preconceito.

Gráfico 6: Percentual dos beneficiários do BPC na Escola que já sofreram algum tipo de preconceito.



Fonte: Dados da pesquisa.

Mais da metade dos entrevistados declararam que o beneficiário já sofreu algum tipo de preconceito, tanto na escola quanto na rua. Muitos ainda dizem vivenciar dentro da própria família, que no momento em que descobriram a deficiência os “parentes” pararam de visitá-los, como se fosse uma doença contagiosa.

Não há uma forma pronta para se tratar o bullying, mas existem esferas fundamentais na intervenção desse problema, sendo eles a família, escola e o Sistema da garantia de direitos da criança e do adolescente, especificadamente o Ministério Público.

Os familiares são responsáveis pelo processo de socialização da criança, da formação de valores morais e comportamentos para se viver em sociedade. A família é o ambiente de proteção, deve supervisionar o dia a dia da criança e garantir a sua segurança.

A escola por sua vez socializa e constrói padrões de comportamentos. O tema ética é assegurado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais como conteúdo da

educação Básica. Diretores e Professores não devem e nem podem ser negligentes com o assunto, simplesmente ignorando a situação.

Já ao Ministério Público cabe garantir o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)⁷, com o intuito de reprimir e impedir qualquer infração que coloquem em risco a integridade de crianças e adolescentes.

Uma das perguntas feitas foi desde que ano o beneficiário recebe o BPC. Onde se contatou uma diversificação de datas.

⁷ O ECA foi instituído pela Lei 8.069 no dia 13 de julho de 1990, é o conjunto de normas do ordenamento jurídico brasileiro que tem como objetivo a proteção integral da criança e do adolescente, aplicando medidas e expedindo encaminhamentos para o juiz. É o marco legal e regulatório dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

Gráfico 7: Ano em que o beneficiário começou receber o BPC.

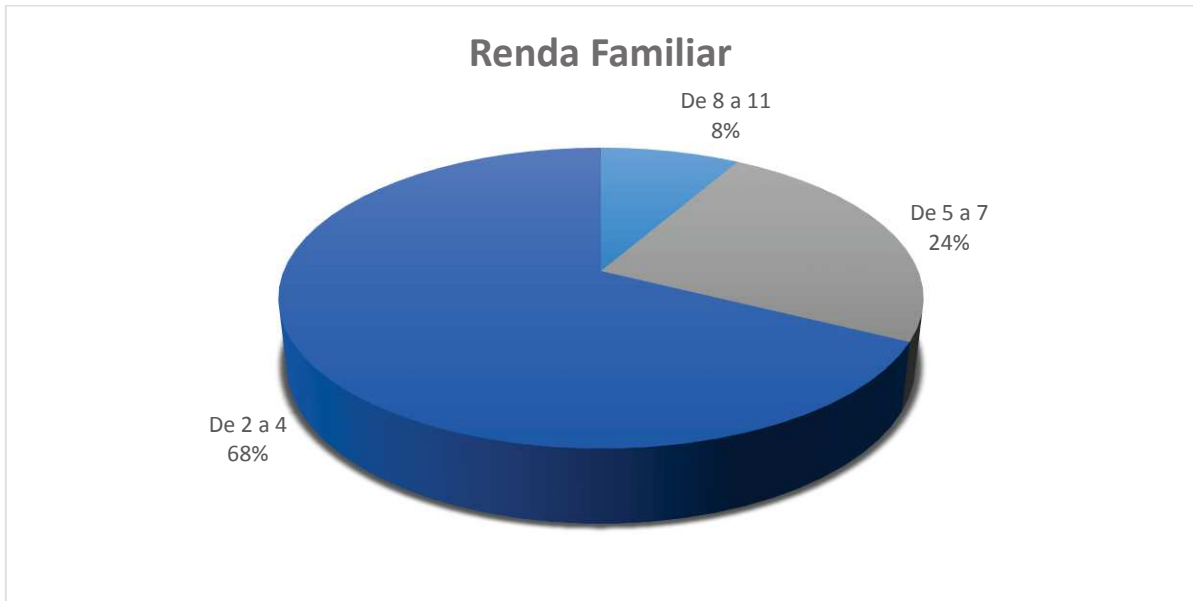


Fonte: Dados da pesquisa.

Entre os anos de 2011 a 2015 o número de beneficiários que começaram a receber o BPC, quase duplicou comparado aos últimos quatro anos anteriores de 2006 a 2010. Mas esse percentual teve uma queda de 16% nos últimos três anos.

Se o número de beneficiários já estava em declínio, agora com a operação pente fino⁸ do Governo Federal, será ainda pior, visto que o objetivo é “revisar” três milhões de benefícios, para economizar em torno de nove bilhões de reais, ou seja, muitos benefícios serão cortados injustamente e outros nem irão ser concedidos. Remete-se nesse contexto analisar a renda familiar dos beneficiários.

⁸ A chamada “operação pente-fino” do INSS, que entrou em vigor em 12 de julho, foi instituída pela Medida Provisória 871, convertida na Lei nº 13.846/ 2019, sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro no dia 12 de julho. Na prática, ela autoriza a “revisão” de até 3 milhões de benefícios da seguridade social, como auxílio-doença, pensão por morte, aposentadoria rural, por invalidez e benefício de prestação continuada (BPC) nos próximos 18 meses. Segundo o governo, o objetivo da medida é “combater fraudes” e “economizar” até R\$ 9,8 bilhões. O “pente-fino” tem previsão de se estender de 2019 a 2020, mas pode ser prorrogado até 2022.

Gráfico 8: Renda familiar dos beneficiários de BPC na Escola.

Fonte: Dados da pesquisa.

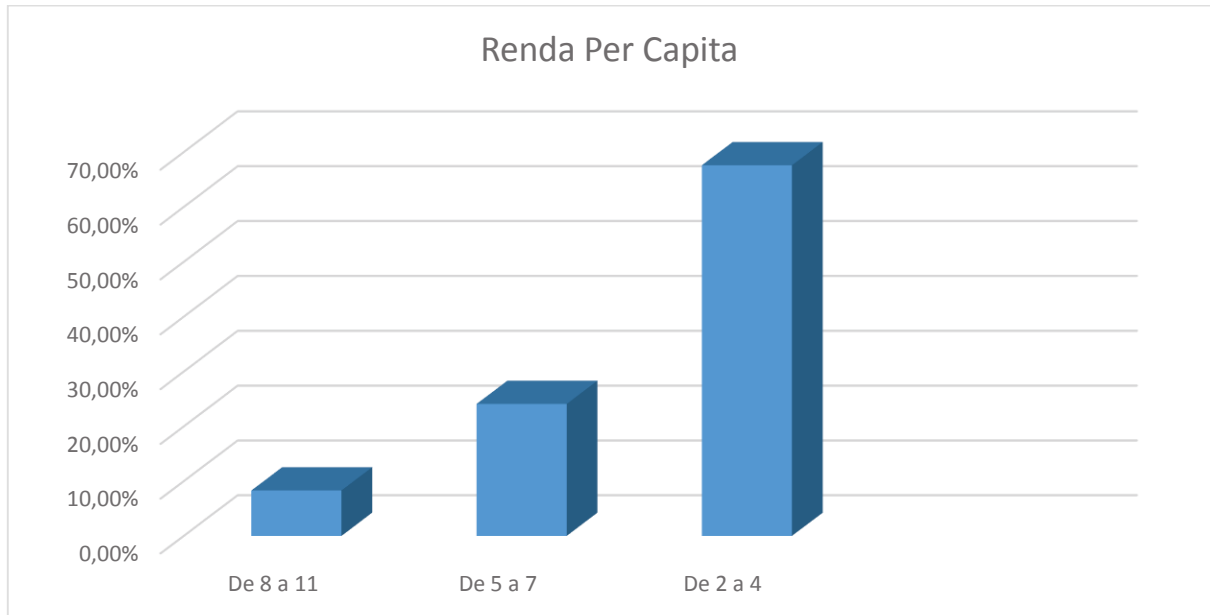
Vale ressaltar que renda mensal bruta familiar é a soma dos rendimentos brutos auferidos mensalmente pelos membros da família composta por salários, proventos, pensões, pensões alimentícias, benefícios de previdência pública ou privada, seguro-desemprego, comissões, pró-labore, outros rendimentos do trabalho não assalariado, rendimentos do mercado informal ou autônomo, rendimentos auferidos do patrimônio, Renda Mensal Vitalícia e BPC.

Fica visível com a apresentação do gráfico anterior que 77% da renda bruta familiar dos beneficiários é apenas de um a dois salários mínimos, ou seja, a grande maioria tem o BPC como principal ou única fonte de renda.

Agrava-se a condição de baixa renda da família o fato de que a maioria das famílias dos beneficiários necessita adquirir o medicamento de uso contínuo no sistema privado, isso porque o SUS não oferta.

Lembrando que agora depois das alterações da normativa do BPC, a inscrição no CADÚNICO é um requisito para a concessão, manutenção e revisão do benefício e poderá ser suspenso caso não efetuado.

Segundo os indicadores do MDS em abril de 2018 ainda tinham 36,8% de beneficiários sem inscrições no Cadastro Único, o que em números equivale a 1.665.258 (um milhão seiscentos e sessenta e cinco mil duzentos e cinquenta e oito), um número considerável se for analisar o contexto.

Gráfico 9: Renda per capita das famílias dos beneficiários do BPC na Escola.

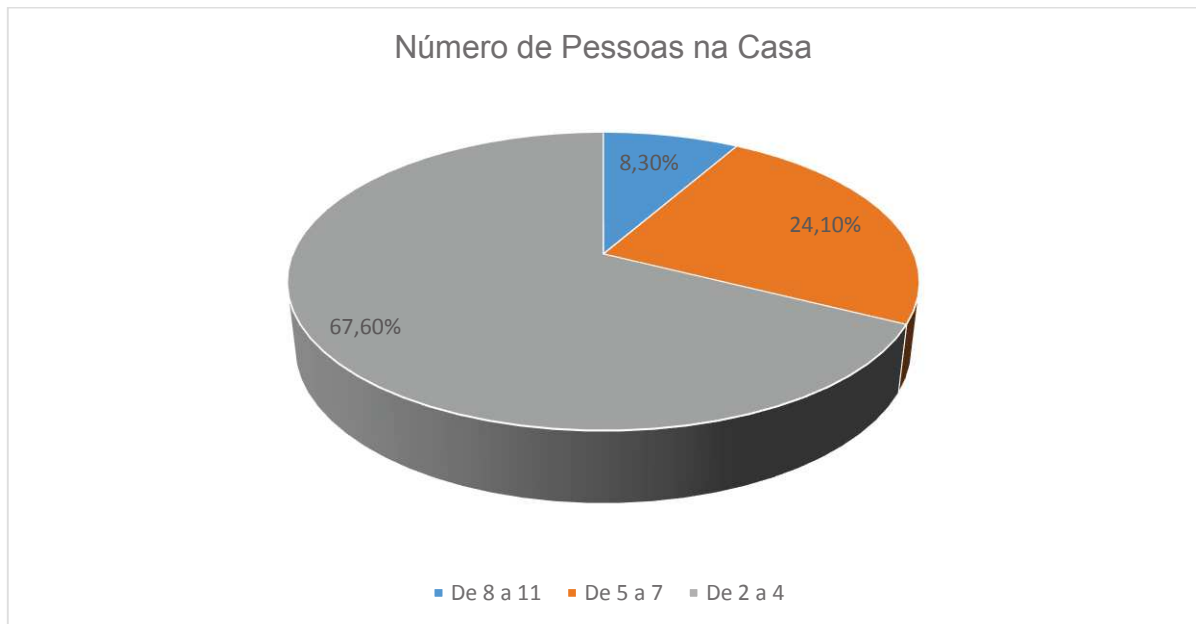
Fonte: Dados da pesquisa.

É importante lembrar que na pesquisa de campo realizada o BPC foi somado como renda, isso significa que se não fosse acrescentado esse valor, esses números teriam sido completamente diferentes. Muitas das rendas seriam zeradas ou ao menos bem inferiores, visto que em muitos casos o BPC é a única renda familiar.

Para uma melhor compreensão explica-se que as famílias são consideradas em situação de extrema pobreza quando a renda mensal por pessoa é de até R\$ 89,00 (oitenta e nove reais) e de pobreza com renda mensal por pessoa entre R\$89,01 (oitenta e nove reais e um centavo) até R\$ 178,00 (cento e setenta e oito reais) por pessoa e que tenham, na composição familiar, crianças/adolescentes de 0 a 15 anos, gestantes e/ou nutrizes, sendo que cada família pode receber até cinco benefícios variáveis.

Os dois gráficos a seguir são relacionados à composição familiar. O primeiro é de quantas pessoas residem com o beneficiário.

Gráfico 10: Número de pessoas que residem na casa somando com o beneficiário.



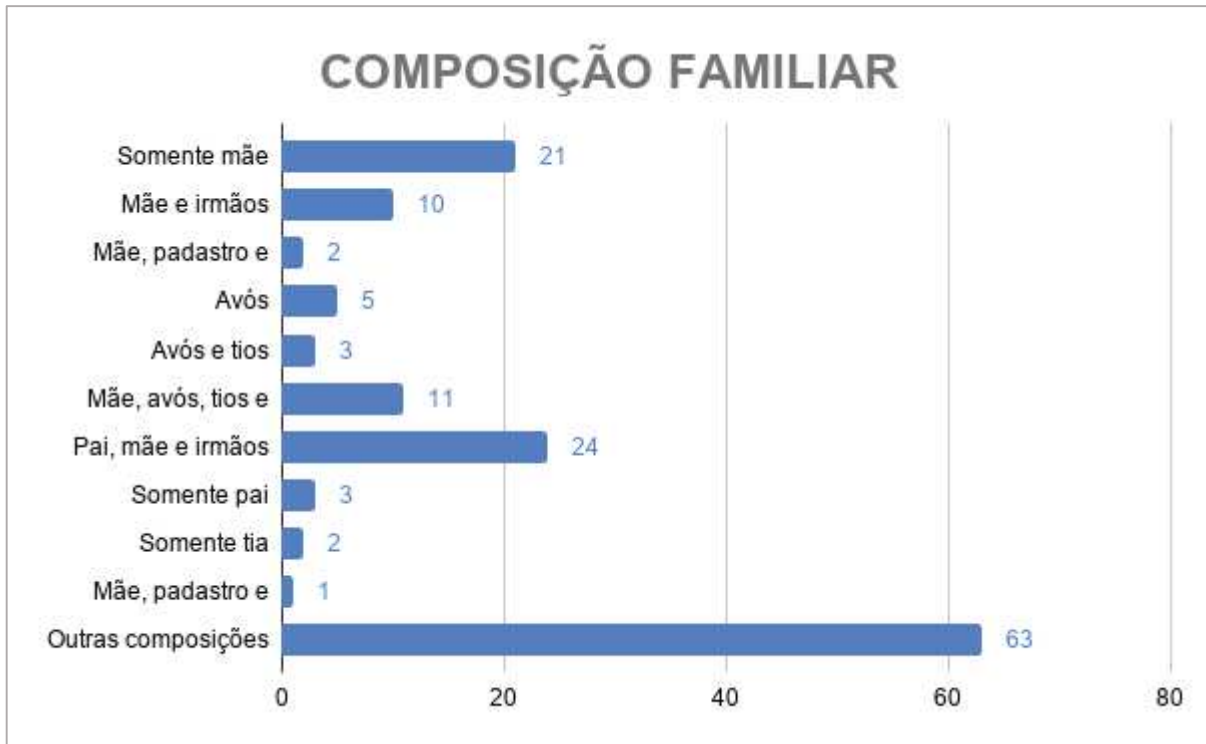
Fonte: Dados da pesquisa.

O número de pessoas entre 2 a 4 se sobressaiu das demais, porém as famílias consideradas numerosas se somadas as de 5 a 11 totalizam um montante de 32,5%, um valor vultoso analisando que a renda per capita dessas mesmas famílias é baixo.

Nas famílias numerosas surgem constantemente mudanças, ou seja, os seus elementos vivem num ambiente repleto de acontecimentos e situações que vão surgindo, pelo que sentem a necessidade de se adaptarem às mesmas, alterando, assim, a sua estrutura de poder, responsabilidade, papéis e regras em circunstâncias de grupo e individual, com vista a potenciar o desenvolvimento dos sujeitos (Bossard & Sanger, 1952).

São consideradas famílias numerosas aquelas com cinco ou mais integrantes. A disciplina pode ser igualmente exercida pelos irmãos mais velhos, uma vez que os pais têm dificuldade em dar uma atenção individualizada para todos os filhos.

Gráfico 11: Composição familiar dos beneficiários de BPC na Escola.



Fonte: Dados da pesquisa.

As composições familiares como se observa através do gráfico são as mais variadas. Um ponto importante a ser analisado é o alto índice de famílias monoparentais, que na somatória de somente pai, somente mãe e mãe e irmãos atinge 34 das famílias entrevistadas. Seguido de pai, mãe e irmãos que é considerado a família tradicional brasileira.

Pode-se dizer que a maior vulnerabilidade das famílias brasileiras depende da etapa do ciclo familiar em que elas se encontram. Ou seja, as maiores dificuldades estão entre as famílias em fase de expansão e consolidação, onde se concentram os maiores índices de dependência econômica, pois quanto mais numerosas as famílias mais tendem a gastar.

Gráfico 12: Tipo de moradia dos beneficiários de BPC na Escola.

Fonte: Dados da pesquisa.

Um número considerável de famílias entrevistadas declarou ter casa própria já quitada, atingindo a faixa de 40% dos entrevistados. Porém, mesmo com essa declaração dos entrevistados, uma parte dos beneficiários paga aluguel, o que é preocupante, visto que comprometem uma parte do seu benefício em prol de moradia. Um ponto a se questionar é: E se esse benefício for suspenso? Como essas famílias irão sobreviver?

Com os cortes do Governo Federal muitas famílias já estão passando por dificuldades financeiras. Durante o período da pesquisa pode-se perceber que em algumas famílias esse benefício já foi suspenso, em um caso específico constava o nome na lista inicial da Vigilância Socioassistencial, mas a família já não estava mais recebendo, pois a mãe do beneficiário amasiou-se com um rapaz que estava recebendo um salário e diante da constatação da Assistente Social, verificou-se que ultrapassava um quarto do salário mínimo que é um dos requisitos para a concessão do benefício, porém logo após de ocorrer essa suspensão o trabalhador da casa foi demitido do emprego, ficando assim a família com renda zero e se vendo obrigada a morar em uma área irregular.

Gráfico 13: Condições da moradia dos beneficiários de BPC na Escola.

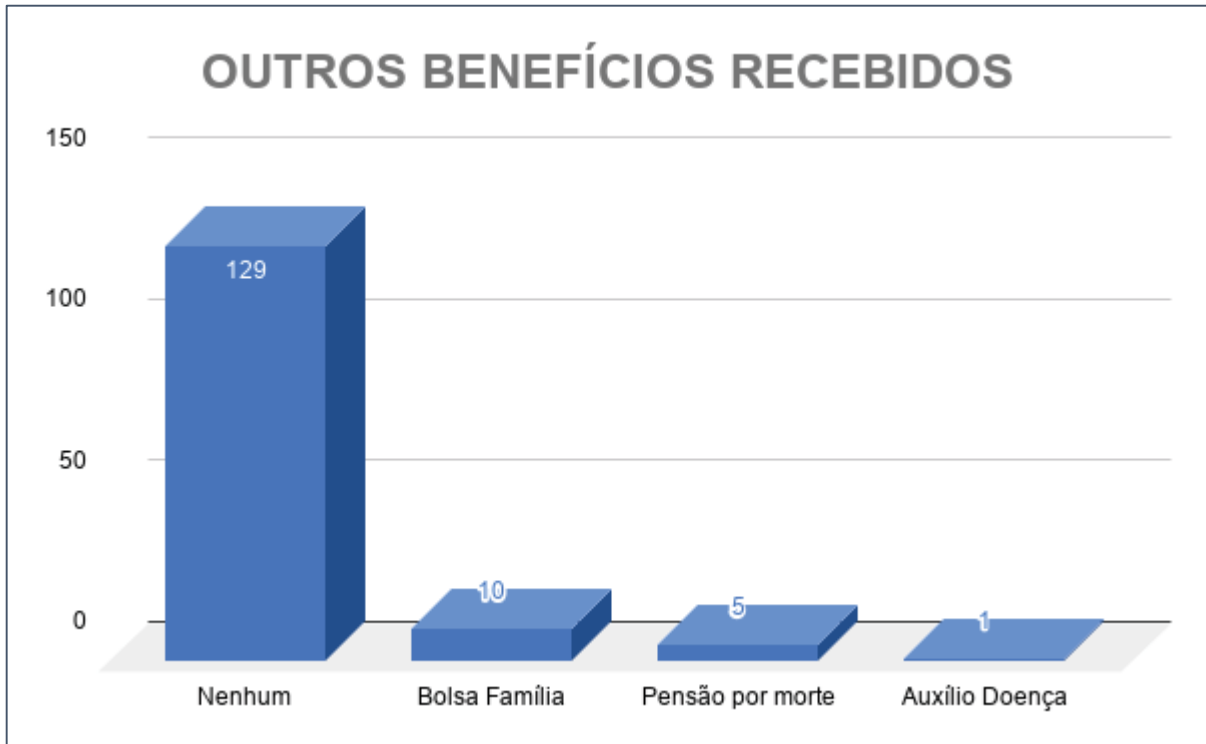


Fonte: Dados da pesquisa.

O maior percentual com 75,9% das famílias vive em moradias com condições adequadas. Já a soma da condição inadequada e expondo a família a risco atinge 24,1%, é um número bem menor, mas, no entanto preocupante, visto que se trata de famílias que têm em sua composição, crianças e adolescentes com deficiência e já vulneráveis de certa forma.

No Brasil, de acordo com o IBGE mais de 11 milhões de pessoas vivem em favelas ou em moradias consideradas precárias. A moradia adequada é considerada aquela em um local que apresenta sistema de fornecimento de água, esgoto, coleta de lixo e, no máximo, duas pessoas por dormitório. Dito isso apenas 52% da população brasileira vive em condições regulares de residência. Vale destaque também para o fato de mais de 32 mil pessoas viverem em situação de rua no país.

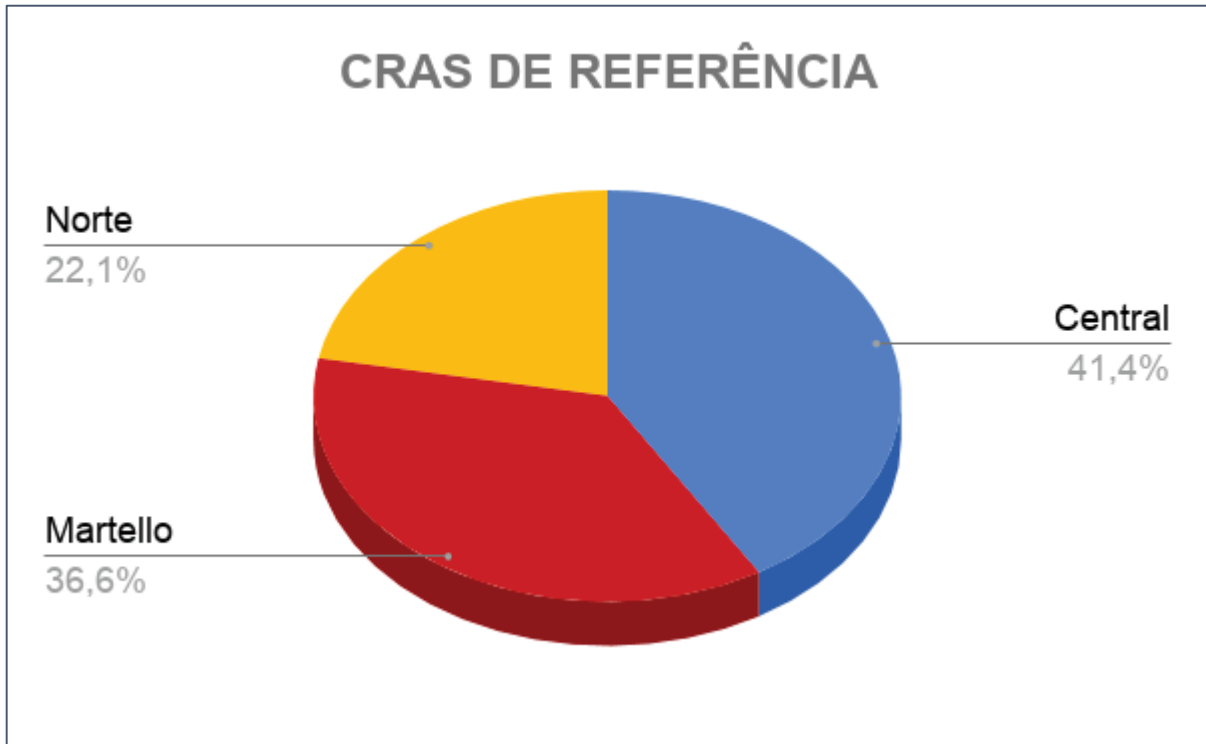
Gráfico 14: Percentual de outros benefícios recebidos.



Fonte: Dados da pesquisa.

Esse percentual significativo de beneficiários que não recebem outro benefício justifica-se pelo fato de contabilizar a renda do BPC. Anteriormente a grande maioria dessas famílias recebia Bolsa Família, porém tiveram que optar entre um benefício ou outro. Apenas as famílias mais numerosas conseguiram permanecer recebendo os dois benefícios.

Salienta-se que o principal objetivo do Programa Bolsa Família é contribuir para a superação da pobreza, através da transferência direta de renda às famílias, que permite o alívio imediato da situação de pobreza.

Gráfico 15: CRAS de referência dos beneficiários por território.

Fonte: Dados da pesquisa.

No município de Caçador/SC conta-se com a existência de três CRAS, sendo eles: Central, Martello e Norte. Cada qual é destinado a atender as demandas da sua região territorial. Destacam-se os determinados bairros no quadro abaixo:

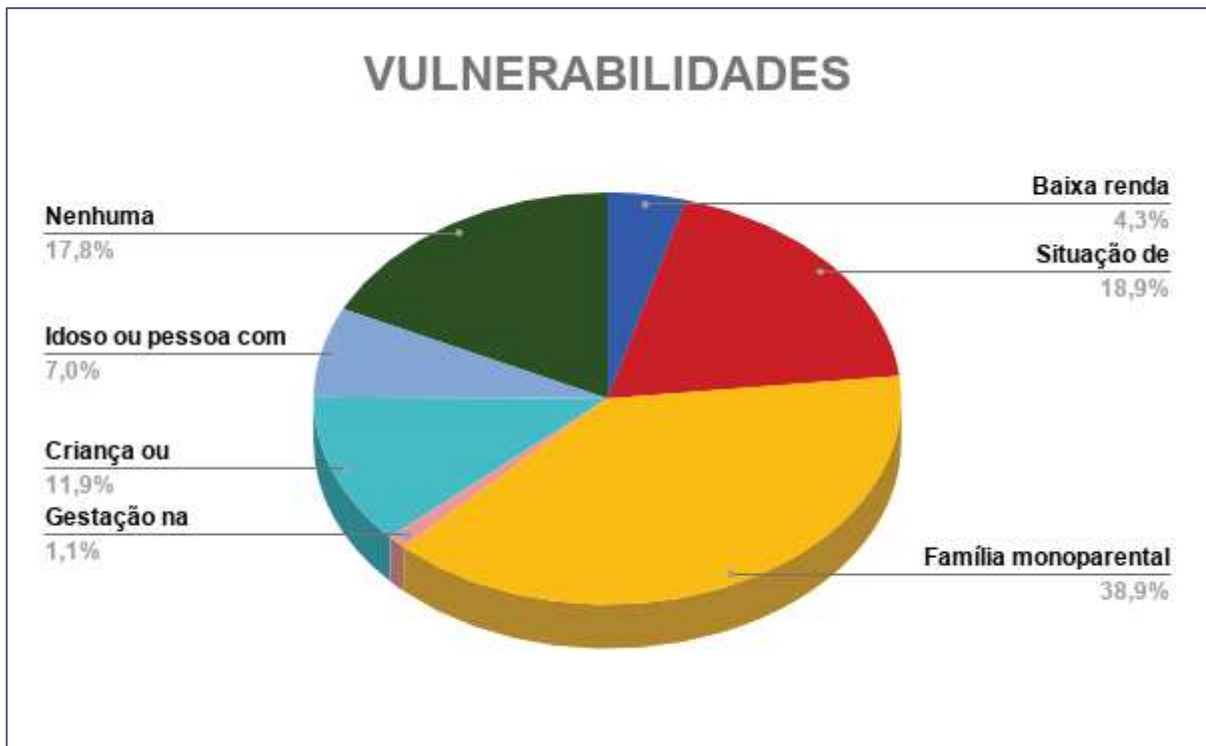
Quadro 2: Divisão territorial dos CRAS de Caçador/SC.

CRAS Central	CRAS Martello	CRAS Norte
Alto Bonito	Bom Sucesso (Mutirão)	Bello
Aeroporto	Martello	Gioppo
Berger	Morada do Sol	Kurtz
Bom Jesus		Nossa Senhora Salete
Bom Sucesso		Rancho Fundo
Centro		Santa Catarina

Champagnat		São Cristóvão
DER		
Figueroa		
Interior		
Municípios		
Paraíso		
Reunidas		
Sorgatto		
Taquara Verde		

Observa-se que 41,4% dos beneficiários de BPC na Escola pertencem ao território do CRAS Central. O resultado desse fracionamento justifica-se por abranger uma maior área territorial como se percebe através da apresentação do quadro acima.

Gráfico 16: As vulnerabilidades observadas na família.



Fonte: Dados da pesquisa.

A maior vulnerabilidade observada nas famílias foi a família monoparental com o percentual de 38,9%, como já explicado anteriormente é aquela composta por apenas um de seus genitores e seu(s) filho(s). Desta porcentagem apenas dois casos eram de famílias monoparentais masculinas, o restante todas femininas.

A segunda maior vulnerabilidade foi a situação de desemprego, que na verdade é considerado um problema nacional diante do atual contexto político e econômico. Se levar em consideração que o maior responsável pelo beneficiário, não pode trabalhar devido ter que ficar em prol da criança ou adolescente com deficiência, visto que os cuidados com essas pessoas precisam ser em dobro, o número de desemprego seria bem maior, pois as respostas eram sempre as mesmas vindas das mães dos beneficiários: - “Eu estou desempregada, mas nem posso trabalhar devido ter que cuidar do meu filho (a)”. Essas respostas não foram contabilizadas nessa pergunta em questão.

Houve também um percentual de 11,9% de crianças e adolescentes fora da escola. Dentre esses estão aquelas que possuem algum impedimento como, por exemplo, acamados e aqueles que por frequentarem somente a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), e não a escola.

Mesmo as famílias dos beneficiários recebendo o BPC no valor de um salário mínimo, foram localizadas 4,3% destas com baixa renda. Vale lembrar que foi somada a renda do BPC para esses índices, ou seja, se não fosse dessa forma a quantidade de famílias em situação de baixa renda iria ser exorbitante.

Para finalizar a pesquisa o quadro a seguir exibirá as demandas que foram levantadas pelas próprias famílias dos beneficiários.

Quadro 3: Demandas levantadas pelas famílias dos beneficiários de BPC na Escola do Município de Caçador/SC.

FAMÍLIA	QUANTIDADE	DEMANDAS
1	1	Marcar consulta em Florianópolis para ver se consegue aposentar a beneficiária.
2	2	Encaminhamento de BPC para o outro filho.
3	7	Solicitação de um 2º professor.
4	1	Informações sobre o Programa Minha Casa Minha Vida.
5	1	Consulta para a coluna do beneficiário, pois é urgente e está demorando demais pelo SUS.
6	3	Auxílio com fraldas, pois são duas pessoas acamadas e mais um bebê.
7	2	Auxílio com alimentação.
8	1	Família necessita de dentista para o beneficiário.
9	1	Acesso aos medicamentos pelo SUS. Necessita de Neuropediatra. Conscientização nas escolas para todas as crianças sobre inclusão de pessoas com deficiência.
10	3	Psicólogo para o beneficiário.
11	1	Acesso a medicamentos pelo SUS.
12	2	Encaminhamento para os grupos do CRAS Martello.
13	1	Consulta em Florianópolis com o Neuropediatra, está a 1 ano em espera pelo SUS.
14	2	Informações sobre o Bolsa Família que está bloqueado.
15		Auxílio com roupas e calçados para as crianças.

16	2	Informações sobre o Projeto Despertar da Uniarp.
17	1	Irmã do beneficiário está com depressão e irá frequentar o CAPS.
18	1	Está desempregado e passando por necessidades básicas.
19	1	Não tem banheiro na casa.
20	1	Nove anos sem energia elétrica. As janelas da casa estão quebradas expondo a família a risco.
21	1	Acompanhamento com Psicólogo (sofre bullying). Indícios de depressão (já falou em suicídio). Sofre muita exclusão em sala de aula, nem para trabalho em grupo acontece inclusão. Encaminhamento para o Projeto Despertar da UNIARP. O próprio beneficiário pediu se pode frequentar somente a APAE.
22	1	Fonoaudióloga. Necessita de acompanhamento Psicológico (tentou atear fogo na residência e quebrou as janelas).
23	1	Visita da agente de saúde.
24	1	Cadeira de banho para o beneficiário.
25	1	Não consegue oculista para o beneficiário (tem o olho "atravessado").
26	1	Solicitação de fisioterapeuta para o beneficiário.
27	1	Solicitação de transporte para o beneficiário que não caminha para ir a APAE (antes tinha a Van da Educação que buscava em casa, agora não tem mais).
28	1	Colocar uma farmácia do SUS anexo ao PA, pois a atual localização é muito fora de mão. Mais médicos no PA e parar com as mudanças de

		médicos no posto, pois começam com o tratamento e logo muda prejudicando assim os pacientes.
29	1	Já encaminhada para o CRAS Central para acompanhamento familiar.
30	1	Dificuldades em comprar os medicamentos, pois o SUS não fornece (mãe da beneficiária).
31	1	Gasta muito com remédios e roupas, pois a beneficiária fica nervosa e rasga as roupas e estão querendo bloquear o benefício devido a renda familiar, não sabe como irá se manter caso isso aconteça.
32	1	Auxílio com transporte para Curitiba onde faz tratamento de saúde.

Diante da apresentação do quadro pode-se analisar que as demandas são as mais diversas, mas a maior foi a solicitação de 2º professor para os beneficiário devido a dificuldade no aprendizado, por consequência da deficiência.

Dificuldades de Aprendizagem (DA) é um termo geral que se refere a um grupo heterogêneo de desordens manifestadas por dificuldades significativas na aquisição e utilização da compreensão auditiva, da fala, da leitura, da escrita e do raciocínio matemático. Tais desordens, consideradas intrínsecas ao indivíduo, presumindo-se que sejam devidas a uma disfunção do sistema nervoso central, podem ocorrer durante toda a vida. Problemas na autorregulação do comportamento, na percepção social e na interação social podem existir com as DA. Apesar das DA ocorrerem com outras deficiências (por exemplo, deficiência sensorial, deficiência mental, distúrbios socioemocionais) ou com influências extrínsecas (por exemplo, diferenças culturais, insuficiente ou inapropriada instrução, etc.), elas não são o resultado dessas condições. (FONSECA, 1995, p.71)

Segundo a Lei Estadual nº 17.143, de 15 de maio de 2017, em seu artigo primeiro, dispõe sobre a presença do Segundo Professor de Turma nas salas de aula das escolas de educação básica que integram o sistema estadual de educação de Santa Catarina.

Art. 1º As escolas de educação básica que integram o sistema estadual de educação de Santa Catarina ficam obrigadas a manter a presença do Segundo Professor de Turma nas salas de aula que tiverem alunos com diagnóstico de:

- I - deficiência múltipla associada à deficiência mental;
- II - deficiência mental que apresente dependência em atividades de vida prática;
- III - deficiência associada a transtorno psiquiátrico;
- IV - deficiência motora ou física com sérios comprometimentos motores e dependência de vida prática;

V - Transtorno do Espectro do Autismo com sintomatologia exacerbada; e
VI - Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade/impulsividade com
sintomatologia exacerbada (Lei nº 17.143, de 15 de maio de 2017).

A Lei Estadual garante a presença do segundo professor, para as crianças e adolescentes com deficiências específicas e mais severas, como observado, mas, em algumas famílias entrevistadas que levantaram essa demanda, a deficiência não segue esse padrão estipulado ou até possuem os quesitos impostos, porém não estudam em escola Estadual e sim Municipal, a qual não tem nenhuma Lei voltada para essa questão.

Porém em setembro de 2019, o acórdão da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 5786) invalidou a Lei estadual 17.143/2017. Nele, o Supremo Tribunal Federal (STF) declara inconstitucional a exigência de um segundo professor em sala de aula nas escolas públicas estaduais de educação básica para alunos com deficiência ou alguns tipos de transtornos.

Outra demanda levantada foi acompanhamento com psicólogo, pois o SUS até fornece, mas com uma longa fila de espera e tem algumas questões que a família não consegue orientar e o atendimento deveria ser imediato, em alguns casos era até a questão da sexualidade, pois o beneficiário está na adolescência, fase em que as dúvidas vão surgindo. Outro caso foi o menino que tentou atear fogo na residência e quebrou as janelas. A mãe estava sem rumo, não sabia o que fazer, já que a situação acontece com frequência.

A maior parte das demandas é para a área da saúde, visto que os beneficiários são pessoas com deficiência e já vulneráveis devido ao uso de medicamentos contínuos. O SUS não subsidia essas famílias da maneira como deveria, passando estas por diversas dificuldades, até mesma financeira por se obrigarem a adquirir medicamentos e marcarem consultas de forma particular.

CONSIDERAÇÕES

No início do TCC se tentou fazer uma súmula acerca do modo de produção capitalista e sua correlação mais geral com o mundo do trabalho. Pode-se compreender que esse modelo econômico foi responsável por dividir a sociedade em duas classes sociais distintas, sendo elas a burguesia e proletariado. A burguesia explora a mão de obra do trabalhador, em busca do lucro, chamado nesse contexto de mais-valia.

Esse sistema econômico sucedeu o feudalismo e perdura até os dias atuais, teve o seu avanço através da Revolução Industrial no século XVIII, que substituiu a mão de obra humana pelas máquinas. A concentração da mais-valia na mão dos burgueses chegou a níveis tão alarmantes, a qual impeliu a maior parte da população para viverem em condições de vida sub-humanas, com o aumento da pauperização absoluta, conseqüentemente contribuindo para as desigualdades econômicas, políticas, sociais e culturais exacerbando as relações de dominação e exploração.

Com essas relações sociais de exploração e dominação advindas do sistema de produção capitalista é que surge a chamada “Questão Social”, que se expressa através das desigualdades sociais geradas por meio da relação capital e trabalho. É caracterizada também pela resistência do trabalhador que passou a desenvolver uma consciência de classe, se organizaram politicamente e realizaram manifestações para lutar por seus direitos.

Frente às lutas de classe o Serviço Social surgiu como uma ferramenta da classe burguesa, para amenizar os conflitos entre capitalista e proletariado, atendendo as necessidades capitalistas e da igreja católica, ou seja, sua gênese está diretamente ligada ao modo de produção capitalista.

Na contemporaneidade o Serviço Social é uma profissão regulamentada pela Lei nº 8.662/1993, está inserido na divisão social e técnica do trabalho, tem como objeto de trabalho a “Questão Social” e suas diversas expressões. Possui também três dimensões constitutivas sendo elas: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. A profissão é norteadada pelo Código de Ética e pelo Projeto Ético Político, é o que dá embasamento para o agir profissional do Assistente Social.

Nesse contexto vale ressaltar que o Código de Ética do Serviço Social passou por diversas alterações e evoluções ao longo dos anos, fazendo com que a categoria incorporasse uma postura crítica frente às expressões da “Questão Social”, adquirindo

compromisso com a classe trabalhadora, priorizando pela garantia de direitos dos usuários, deixando de lado aquela visão de culpabilizar o indivíduo pela situação de vulnerabilidade em que se encontrava.

Na elaboração deste TCC, foram abordadas diversas reflexões acerca da Vigilância Socioassistencial e seu papel no contexto da proteção social e defesa de direitos, visto que faz parte do rol de ações da Política de Assistência Social e é extremamente importante para a identificação e prevenção das situações de risco e vulnerabilidade social, uma vez que realiza constantes estudos territorializados sobre essa conjuntura vivida pelas famílias e indivíduos, estabelecendo as demandas de proteção social básica e especial de assistência social.

A perspectiva da Vigilância Socioassistencial, com seu olhar coletivizador dos riscos e vulnerabilidades e a respectiva identificação das respostas e ausências do poder público, desvela necessidades de proteção presentes nos territórios e contribuem para a compreensão dos processos geradores de desproteções (ARREGUI; KOGA, 2013, p.12).

A vigilância socioassistencial ainda encontra dificuldades em relação à construção coletiva do conhecimento dos territórios de gestão da Política de Assistência Social, precisa alcançar formas de relação contínua, com fluxos estabelecidos na rotina da gestão e da rede socioassistencial, incluindo metodologias participativas e a incorporação do conhecimento dos trabalhadores do SUAS, para que não se realize o trabalho somente a partir de indicadores e estatísticas gerais, uma vez que são importantes, mas não expressam a realidade e nem desvendam toda a conjuntura do Município.

Nesse sentido entende-se que ainda há um longo caminho a ser percorrido para que a vigilância socioassistencial possa de fato atingir seus objetivos tanto sociais, quanto políticos. É necessário que seja conhecida e debatida em cada realidade, para assim agregar trocas constantes com a rede socioassistencial, construindo consensos e operacionalizando modos de ação.

No que diz respeito à atuação do Assistente Social na vigilância socioassistencial chega-se a conclusão de que o profissional deve orientar os gestores e os demais profissionais do SUAS, nas ações e tomada de decisões, bem como na qualificação da rede e socioassistencial e nas prevenções de riscos e vulnerabilidades sociais vivenciadas pelas famílias e indivíduos.

A pesquisa de campo realizada com os beneficiários de BPC na Escola, no Município de Caçador/SC foi uma atividade que se iniciou durante o processo de

estágio obrigatório, e diante da relevância se estendeu para a realização do presente trabalho, mesmo não sendo o tema inicial e desejado, pode-se dizer que contribuiu de maneira significativa para o crescimento enquanto acadêmico profissional.

A realização da pesquisa de campo foi um momento único de aprendizado, o qual teve a oportunidade de conhecer cada beneficiário e seus familiares, bem como cada situação e dificuldades encontradas pelos mesmos, ou seja, pode-se observar cada uma das vulnerabilidades existentes nas famílias dos beneficiários.

Uma questão de extrema relevância levantada pelas famílias foi o preconceito vivenciado pelos beneficiários, dia após dia, tanto no próprio âmbito familiar e principalmente nas escolas, cometidos pelos colegas e também alguns professores. Salienta-se nesse contexto a importância dos profissionais de Serviço Social e Psicologia nas escolas. Através de dinâmicas e interação entre alunos, gestores, família e comunidade problemas como bullying, evasão escolar, sexualidade entre outros sofrerão quedas bruscas e talvez sejam até eliminadas através dessa política social mais efetiva.

Assim sendo, neste trabalho foi possível refletir e analisar sobre as diversas vulnerabilidades e demandas existentes nas famílias, através dos gráficos apresentados da pesquisa conseguiu-se visualizar nitidamente as maiores e menores situações.

Essas famílias já se encontram em situação de vulnerabilidade por possuírem em sua composição familiar uma criança ou adolescente com deficiência, o que não deve ser visto como um “defeito”, mas sim uma família com certas limitações, uma vez que o cuidado com esses beneficiários devem ser redobrados.

A pesquisa teve extrema relevância e importância para a sociedade, o que leva a novos pesquisadores e leitores o desejo de continuar esse processo de acompanhamento com as crianças e adolescentes com deficiência, a fim de sanarem cada vez mais as demandas levantadas.

Conclui-se através desta pesquisa, que o profissional que atua com esses beneficiários deve estar devidamente preparado até mesmo psicologicamente, para realizar as intervenções devidas com essas famílias, visto que cada caso tem suas particularidades e desafios. Alguns beneficiários causam impactos tanto profissionalmente quanto pessoalmente, desde situações vivenciadas com eles em seu dia a dia e também nos casos de superação vivida pelos mesmos.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Lei de Diretrizes Curriculares. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social.** Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro, novembro de 1996.

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Política Nacional de Estágio.** Ano 2010. Disponível em:

< http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf>. Acesso em: 06 nov 2019.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história.** São Paulo: Cortez, 2006. 213 p.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo.** 2º. ed.. Brasília: UNB, 2003. p 297.

Bossard, J.H.S. & Sanger, W. P. (1952). **The Large Family System- A Research Report.** *American Sociological Review*, 17(1): 3-9.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS),** Brasília, DF, 1993.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS).** Brasília: MDS\SNAS, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS).** Brasília: MDS, 2004.

_____. Norma Operacional Básica: NOB/SUAS: **construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social.** Brasília, DF, 2005.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 2003.

_____. **Ética e Serviço Social.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CFESS. Congresso da Virada 30 anos. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-CongressodaVirada-Site.pdf>>. Acesso em: 10 set.2019.

BRITO, Flávio dos Santos. **Mulher chefe de família: um estudo de gênero sobre a família monoparental feminina.** Revista Urutágua, Paraná, ano 15, abr./mai./jun./jul. 2008. Disponível em:< <http://www.urutagua.uem.br/015/15brito.htm>>. Acesso em 19 nov. 2019.

BRONZO, C. e VEIGA, Luana da. Intersectorialidade e políticas de superação da pobreza: desafios para a prática. In: **Serviço Social e Sociedade**, n 92. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. **Lei n.91, de 28 de agosto de 1935**. Determina regras pelas quais são as sociedades declaradas de utilidade pública. (Revogada pela Lei n.13.204). Disponível em:
< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1930-1949/L0091.htm> Acesso em: 20 set 2019.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Art.227. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 23 set.2019.

BRASIL. **Lei n. 8069, de 13 de Julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em:
< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> Acesso em: 23 set 2019.

BRASIL. **Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Instituiu o Código Civil. Disponível em:
< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em 25 de set 2019.

BRASIL. Diário Oficial da União. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Resolução Nº 109, nov. 2009**. Disponível em:
<http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/resolucoes/2009/Resolucao%20CNAS%20no%20109-%20de%2011%20de%20novembro%20de%202009.pdf>. Acesso em: 27 set 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.852 de 05 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/ Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>
Acesso em: 29 set.2019.

CFESS. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Disponível em:
<http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2019.

COUTO, Berenice Rojas. **Os Direitos Socioassistenciais**: balizas fundamentais à garantia da assistência social como política pública. Caderno de Textos. VI Conferência Nacional de Assistência Social. Brasília, 2007. (pág. 23 – 26).

COUTO, B. R. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira**: uma equação possível? 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 188.

COUTO, B. R. et al. (Orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil**: uma realidade em movimento. São Paulo: Cortez, 2014.

Estatuto da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. São Luis, 2008. Disponível em:

<http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/arquivo_201604041530365473870.pdf>. Acesso em: 20 out 2019.

FARIAS, Roseane Rabelo Souza; LOPES, Thais Andrea Carvalho de Figueirêdo. **As Pessoas com Deficiência no Contexto da Educação Escolar Brasileira.** Revista HISTEDBR. On-line, Campinas, nº 65, 2015. Disponível em:<<https://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/histedbr/article/view/7359/6176>>. Acesso em: 10 nov. 2019

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil.** São Paulo: Cortez; Lima, Peru: CELATS, 1986.

_____. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológico.** 40. ed. São Paulo: Cortez; 2012.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **A Questão Social no capitalismo.** In: Temporalis/ABEPSS. Ano 2, n.3 (jan./jun. 2001). Brasília: ABEPSS, Graflina, 2001.

_____. **Serviço Social no tempo do capital fetiche.** Tese apresentada para concurso de professor titular na FSS/UERJ. Rio de Janeiro, 2005.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo, 20 ed., Cortez, 2011.

_____. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 7ª ed. São Paulo. Cortez. 2012.

IMPrensa, **A História das Santas Casas de Misericórdia.** Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2008/alteracao-lei-12907-15.04.2008.html>> . Acesso em: 23 out. 2019.

KAZTMAN, R. **Seducidos y abandonados:** el aislamiento social de los pobres urbanos. Revista de la CEPAL, Santiago do Chile, n.75, p.171-189. dec. 2001. Acesso em 25. Out. 2019.

LOPES, Márcia Helena Carvalho O tempo do SUAS. **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 87 ano XXVI Especial 2006 São Paulo Cortez, 2006.

MARX, Karl **Contribuição à crítica da economia política.** 2ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Identidade e Alienação** – 4. ED. São Paulo: Cortez, 1995.

MARX, Karl. **O capital: crítica de economia política**. Livro I, 21ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MONTAÑO, Carlos. **Pobreza, “Questão Social” e seu Enfrentamento**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo. Editora Cortez, n.110. 2012.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 4º ed. São Paulo: Cortez, 2007. 288 p.

_____. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CFESS, ABEPSS, CEAD, UnB, 1999.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 17ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da “questão social”**. Temporalis, n. 3, Brasília: ABEPSS, p. 41-49, 2001.

RESOLUÇÃO CFESS Nº 533, de 29 de setembro de 2008 que regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social. Disponível em:

< <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>>. Acesso em: 25 out 2019.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. ILO. International Labor Organization. **Piso de Proteção Social para uma globalização equitativa e inclusiva**. Relatório do Grupo Consultivo sobre o Piso de Proteção Social Genebra, Organização Internacional do Trabalho, 2011. Disponível em: http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/pub_relatabachelet.pdf Acesso em 05.out.2019.

RICO, Elizabeth de Melo; RAICHELIS, Raquel. (Org.). **Gestão Social: uma questão em debate**. São Paulo: EDUC/ IEE, 1999.

RIZZOTTI, M. L. A; SILVA, T. G. M. **A vigilância social na política de assistência social: uma aproximação conceitual**. In: Revista do Serviço Social, p.130- 151, Londrina, PR, 2013.

SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (orgs). **Política Social, Família e Juventude**. Uma questão de direitos. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, Luzianne, dos; SANTOS, Laísa, Dias; SILVA, Rony, Rei, do, Nascimento. **A prática do assistente social e a importância dos instrumentos técnico-operativos**. VI Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”. São Cristóvão - SE, 2012.

SILVA, Ademir Alves da. **A Gestão da Seguridade Social Brasileira: entre a política pública e o mercado**. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, Sonia Aparecida da Silva de; GONÇALVES, Suélen Felipe. **POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA BREVE ANÁLISE DE SEUS AVANÇOS E RETROCESSOS**. 2014. 12 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Unioeste, Toledo - PR, 2014. Disponível em: <http://cac-php.unioeste.br/eventos/Anais/servico-social/anais/TC_POL_ASSIST_SOCIAL_BREVE_ANALISE_AVANCOS_RETROCESSOS%20.pdf>. Acesso em: 18 out. 2019.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de Comunidade e Participação**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SPOSATI, Aldaíza. **A menina LOAS**: um processo de construção da assistência social. 3ª ed.. São Paulo: Cortez, 2007. 84 p.

SPOSATI, Aldaíza. **Os Mínimos Sociais**. In: **II Conferência Nacional de Assistência Social** — Anais. Brasília-DF: Conselho Nacional de Assistência Social e Ministério da Previdência e Assistência Social. p. 110-115., dez, 1997.

_____. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: UNESCO (Org.). **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: Unesco-Brasil, MDS, 2009. p. 13–55.

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Estado, Políticas Sociais e Implementação do SUAS**. In: BRASIL. **SUAS: Configurando os Eixos de Mudanças**. p. 79-125. Brasília, 2008

_____. Maria Carmelita. **Pobreza e exclusão social**: expressões da questão social no Brasil. In: Revista Temoralis nº3. ABEPS, 2003.